



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

INTRODUÇÃO AO DIREITO

2012/2013 – 2.º SEMESTRE

Casos Práticos

Grupo I – O Conceito de Direito

I. Uma das obras-primas da literatura universal, é o de **Robinson Crusóé**, que terá vivido completamente só, numa ilha deserta, durante cerca de 28 anos. Que lições podemos colher da experiência de **Robinson Crusóé**?

II. Quais são as funções principais de qualquer autoridade social?

III. Distinga as concepções naturalista e contratualista da sociabilidade do Homem.

IV. Procure encontrar três semelhanças, em aspectos importantes, entre o pensamento de **Hobbes**, de **Rousseau** e de **Locke**. E, depois, procure encontrar as principais diferenças entre eles. Sente-se mais inclinado a concordar com **Hobbes**, com **Rousseau**, ou com **Locke**? Justifique a sua resposta.

V. “O Direito não é a única ordem normativa, o único conjunto organizado ou sistemático de normas. Há outras que se caracterizam de diferentes modos”.

- 1) Explique o sentido em que a palavra Direito aparece no texto.
- 2) Refira três outras ordens sociais normativas e caracterize-as.

- 3) Explique as relações que se podem estabelecer entre a ordem jurídica e as restantes ordens sociais normativas.

VI. Será mesmo verdadeiro o brocardo romano *ubi societas, ibi jus*? Não poderá haver uma sociedade humana sem Direito, apenas baseada na moral, ou em contratos voluntários de cooperação paritária entre os homens?

VII. “Num país como Portugal - onde vigoram os princípios da liberdade religiosa e da separação entre as Igrejas e o Estado (art.41.º da CRP) e onde, por conseguinte, o Estado é laico e “não adopta qualquer religião nem se pronuncia sobre questões religiosas” (art.4.º, n.º1, da Lei da Liberdade Religiosa - Lei n.º16/2001, de 22 de Junho) -, a distinção entre Direito e Religião é clara e nítida”.

- 1) Qual o sentido e o alcance do princípio da separação entre as Igrejas e o Estado?
- 2) Será que a liberdade religiosa provém da liberdade de consciência, ou é esta que decorre daquela?
- 3) Justificar-se-á que em Portugal a Igreja Católica beneficie de um estatuto jurídico diferente, mais favorável, do que a generalidade das outras confissões religiosas?
- 4) Haverá normas jurídicas de origem religiosa? E normas religiosas com origem no Direito profano?

VIII. No dia 03 de Janeiro de 2012, **Leonardo (L)** intentou no Tribunal Judicial da Comarca de Baião uma acção de despejo contra **Berenice (B)**, com os seguintes fundamentos:

- i) **B** nunca cumprimentou os vizinhos nem nunca ajudou um casal invisual a subir as escadas ou a levar as suas compras, tais comportamentos constituíam factores de perturbação da paz e harmonia do prédio;
- ii) A arrendatária considerava-se mãe de santo, entoando cânticos a “*Iemanjá*”, “*Rainha do mar*”, para equilibrar os seus “*Orixás*”, dentro do

apartamento que tomou de arrendamento, o que era altamente lesivo dos sentimentos religiosos – hindus - do senhorio;

iii) L alegou, também, que a arrendatária usou o apartamento para a prática de prostituição, o que se traduz numa utilização contrária à moral, nos termos do art.1083.º, n.º2, al.b), do Código Civil”.

Analise individualmente cada fundamento invocado por L, identificando as ordens sociais normativas em questão e pronunciando-se, também, sobre a possibilidade de procedência judicial de cada um desses fundamentos.

IX. O termo Direito pode ser utilizado em diferentes acepções.

- 1) Distinga Direito Subjectivo de Direito Objectivo.
- 2) A Ciência do Direito estuda apenas o Direito Objectivo, ou também estuda o Direito Subjectivo?
- 3) Construa frases em que o termo Direito seja utilizado no sentido de Direito Objectivo, Direito Subjectivo e Ciência do Direito.

X. “A problemática do Direito Natural tem preocupado os pensadores desde a antiguidade. Admitido por uns e repellido por outros, o Direito Natural coloca-se sempre no caminho do estudioso do Direito”. Comente a afirmação transcrita atendendo:

- 1) Às noções de Direito Positivo e Direito Natural;
- 2) Concepções evolutivas do pensamento positivista e jusnaturalista;
- 3) Campo de aplicação do Direito Natural;
- 4) Funções actuais do Direito Natural;
- 5) Sua posição face à discussão em torno do Direito Natural ser ou não verdadeiro Direito.

XI. Quais as semelhanças e as diferenças entre o Direito Natural e a *Xaria* (“*Shari’ah*”), principal fonte do Direito muçulmano, constituída pelo conjunto das regras reveladas por Alá ao profeta Maomé, por este incluídas no Corão?

XII. “Uma justiça puramente ideal, desacompanhada de segurança, seria vazia de eficácia e, por isso, não passaria de piedosa intenção”.

- 1) Porque será que, nos primórdios do pensamento grego clássico, a justiça foi entendida como castigo dos criminosos e só com Aristóteles passou a ser vista, essencialmente, como igualdade e proporcionalidade?
- 2) Explique em que medida o Direito garante a justiça e a segurança.
- 3) O ideal da Justiça será atingível nas sociedades humanas? Se não, para quê tentar caminhar para ele?
- 4) “Compatibilizar os valores fundamentais do Direito, Justiça e Segurança, não é tarefa fácil”. Comente.

XIII. “A Equidade não equivale, porém, a qualquer forma de Justiça: ela é a justiça adequada a cada situação concreta, aplicada conforme as circunstâncias específicas de cada caso”.

- 1) Como se distinguem as noções ampla ou intensa, e restrita ou moderada, de Equidade?
- 2) A Equidade, acabando sempre por traduzir-se numa solução menos dura, menos rígida, menos implacável, de um certo caso concreto, não será afinal - como defenderam vários autores cristãos - uma “correção humanitária ou caritativa” dos rigores e durezas da lei?
- 3) Muitas vezes, nos julgamentos feitos segundo a Equidade, acaba por aplicar-se a chamada “*Justiça salomónica*”: perante duas mulheres que reivindicavam ser sua uma criança de tenra idade, o Rei Salomão decretou que se partiria a criança em duas metades, uma para cada mulher; a verdadeira mãe, horrorizada, opôs-se à morte da criança, apercebendo-se o Rei, de imediato, de que ela era sua filha. Será que esta noção cabe no conceito de Equidade, ou representa antes a sua negação?
- 4) Justifique se na ordem jurídica portuguesa os juízes podem, livremente, recorrer a juízos de equidade para fundamentar as suas decisões.

XIV. “O bem-estar, enquanto valor prosseguido pelo Direito, é um estado de sintonia entre a sociedade política e o meio ambiente onde aquela se insere, materializado este nos planos económico, social e cultural”. Comente.

XV. Determine quais das seguintes afirmações, relativas às características da Ciência do Direito, são falsas e justifique as suas respostas:

- 1) A Ciência do Direito recorre a uma única perspectiva e a um único método para solucionar os problemas que estuda.
- 2) A Dogmática tem por objecto as normas de vários sistemas jurídicos, procurando uma linguagem jurídica universal.
- 3) O principal objecto da Ciência do Direito são os valores.
- 4) Os objectos acessórios da Ciência do Direito são as normas e os factos.
- 5) O Direito apresenta uma dimensão tridimensional.

XVI. Quais das Ciências abaixo referidas constituem Ciências Afins do Direito? Justifique o motivo pelo qual as seleccionou.

- 1) A Ciência Política
- 2) A Engenharia Civil
- 3) A Teoria Geral do Direito
- 4) A Sociologia do Direito
- 5) A Medicina
- 6) A História das Ideias Políticas
- 7) A Filosofia Política
- 8) A Geologia
- 9) A Engenharia Electrónica
- 10) A Política Constitucional
- 11) A Análise Económica do Direito

XVII. Quais das Ciências abaixo referidas são Ciências Auxiliares do Direito? Justifique o motivo pelo qual as seleccionou.

- 1) A Ciência da Linguagem
- 2) A Filosofia Política
- 3) A Estatística
- 4) A História
- 5) A Sociologia
- 6) A Política Constitucional

- 7) A Economia
- 8) A Enfermagem
- 9) A Antropologia
- 10) A Geografia
- 11) A Astrofísica

XVIII. A Economia, as Finanças e a Gestão invadiram as preocupações do homem moderno, sempre em busca do progresso e da melhoria das suas condições de vida; o Direito regula cada vez mais toda a actividade económico-empresarial e é influenciado por ela; donde, é indispensável acentuar a complementaridade, a cooperação, a interdisciplinaridade entre os estudos de Direito e os de Economia, de Finanças e de Gestão.

- 1) O “*Law and Economics*” interessará mais, do ponto de vista profissional, aos economistas ou aos juristas?
- 2) Se tivesse, como governante, de encomendar um estudo de “Análise Económica do Direito” a uma determinada Universidade, a que matéria daria preferência: vantagens e inconvenientes da liberalização das rendas de casa para habitação, ou determinação dos casos em que a pena de prisão não tem racionalidade económica? Porquê?
- 3) Se, na sua Faculdade, fosse permitido preencher 2/3 do curso com cadeiras económicas, empresariais e financeiras e 1/3 com cadeiras jurídicas, acha que isso beneficiaria ou pioraria as suas probabilidades de vir a ser um bom economista, gestor ou contabilista nas próximas décadas?

Grupo II – O Estado e o Sistema Constitucional Português

I. Refira os traços fundamentais das seguintes famílias de Direitos:

- 1) Da família jurídica da “*Common Law*”.
- 2) Da família jurídica Romano-Germânica.
- 3) Da família jurídica Muçulmana.
- 4) Da família jurídica Comunista.
- 5) Da família jurídica Hindu.

6) Da família jurídica Africana.

II. Um juiz do Estado do Texas consignou, na sentença que proferiu para decidir um determinado processo, o seguinte: “Este Tribunal decide o presente caso com base, exclusivamente, numa lei federal dos EUA sobre a matéria.” A sentença será juridicamente válida?

III. Um Tribunal francês decidiu um dado processo dizendo, na sentença, que a sua decisão se fundava, exclusivamente, “no anteriormente decidido, sobre esta espécie de assuntos, pelos Tribunais franceses.” A sentença pode considerar-se correcta?

IV. Explique e comente o seguinte extracto de uma entrevista com um dirigente de um movimento islâmico que, na Indonésia, se opõe ao regime político em vigor:

Pergunta – “Pensa proceder como outros movimentos islâmicos que, em alguns países árabes, como no Irão, chegaram ao poder e impuseram a *Xaria*?”

Resposta – “Não faz parte do nosso programa. O ensinamento fundamental da *Xaria* é a procura do bem comum, que se aplica a todas as criaturas de Deus. Ao contrário de muitos desses movimentos de que fala, não queremos estar manietados por um programa estabelecido no tempo do Profeta. Os ensinamentos do Corão devem ser aplicados às circunstâncias actuais. A história avança e o nosso entendimento do Corão deve avançar com ela”.

V. Em que família de Direitos se enquadra o Direito português actual? Justifique.

VI. “Primeira manifestação da actividade permanente de um Estado empenhado na prossecução de determinados fins é, já se sabe, o poder constituinte. Mas o que é verdadeiramente esse poder constituinte? No fundo, e em termos muito simples, é a faculdade de criar as regras de Direito que representam a própria definição suprema e organização do Estado-

colectividade. Ora, como resultado do exercício desse poder surge a Constituição”.

- 1) Diga o que entende por Constituição.
- 2) Distinga Constituição em sentido o formal de Constituição em sentido material.

VII. Leia com atenção os seguintes excertos da Constituição da República Portuguesa de 1976 e qualifique-os quanto à sua inserção nas divisões da Constituição - Constituição Material, Constituição económica, Constituição organizatória e Constituição garantística. Justifique a sua resposta:

Artigo 101.º

(Sistema financeiro)

O sistema financeiro é estruturado por lei, de modo a garantir a formação, a captação e a segurança das poupanças, bem como a aplicação dos meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social.

Artigo 239.º

(Órgãos deliberativos e executivos)

1- A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável. (...)

Artigo 25.º

(Direito à integridade pessoal)

- 1 - A integridade moral e física das pessoas é inviolável.
- 2 - Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

Artigo 277.º

(Inconstitucionalidade por acção)

1 - São inconstitucionais as normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados. (...)

VIII. “O poder político e a soberania são atributos dos Estados modernos”.

- 1) Distinga poder político de soberania.
- 2) Classifique quanto à soberania os seguintes Estados: Portugal, Espanha, Escócia e (Estado do) Alasca.
- 3) Diferencie Estado-Nação de Estado-Aparelho.
- 4) Explique, segundo a doutrina constitucionalista clássica, cada um dos fins que o Estado se propõe atingir.
- 5) Caracterize as várias funções do Estado.

IX. “O Estado é uma sociedade cujos súbditos aceitam geralmente, para regular os seus conflitos, o poder organizado e do qual os países estrangeiros reconhecem a sua existência. O Estado moderno é um Estado de Direito”.

- 1) Distinga Estado de Direito de Estado Social de Direito.
- 2) Justifique a importância do princípio da legalidade da Administração num Estado de Direito.
- 3) Caracterize as diferentes subdivisões da Administração Pública, exemplificando-as.

X. Leonardo (L) e Berenice (B) discutiam o conteúdo de vários anúncios publicados em órgãos de comunicação social. Num, um canal de televisão privado abria lugares a elementos do sexo masculino para correspondentes em várias capitais europeias, com comprovados conhecimentos de francês, inglês, alemão, espanhol e russo. Noutra, uma empresa do sector de vestuário oferecia postos de trabalho a elementos do sexo feminino e masculino de raça branca com boa apresentação e que não fossem daltónicos. Por fim, um outro anúncio postulava a admissão de trabalhadores masculinos para uma empresa de construção civil nos Açores, mas com a condição de os mesmos terem nascido naquele arquipélago. *Quid juris?*

XI. Jorge (J) e Rui (R) discutiam numa aula o presumível financiamento pelo Estado dos alunos de um pólo de Barrancos a ser instituído pela Universidade Católica. O Estado alegava em favor da sua opção, que o ensino superior público de Beja não abrangeria um determinado número de faculdades

consideradas essenciais para o desenvolvimento do país e, sobretudo, da região. Assim sendo, e por força daquele financiamento, os alunos em causa viriam a pagar uma propina equivalente àquela que pagariam numa universidade estadual. **J** e **R** perfilhavam, entre outros argumentos, que a questão afigurava-se controversa, porquanto os alunos de outras instituições superiores privadas do distrito de Beja não tinham sido contemplados por quaisquer ajudas de financiamento. *Quid juris?*

XII. Com vista a uma maior democraticidade e funcionalidade, imagine que foi publicado um diploma que legislando sobre a eleição de dirigentes sindicais e a integração noutras organizações sindicais, determinava nomeadamente:

- i) Sempre que se trate de eleições para dirigentes e de deliberação sobre integração noutras organizações sindicais ou associação com elas, o voto será directo e secreto;
- ii) Nas associações sindicais, o número de titulares do órgão colegial de administração e do conselho fiscal, incluindo os respectivos presidentes, será obrigatoriamente ímpar.

Quid juris?

XIII. “O Presidente da República representa a República portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, comandante superior das forças armadas”. (art.120.º da CRP)

- 1) Enumere as principais competências do Presidente da República.
- 2) Indique qual o sistema eleitoral utilizado na eleição do Presidente da República.
- 3) Suponha que **Jorge (J)**, médico, de 30 anos, pretende candidatar-se à Presidência da República. Diga, justificando, se poderá fazê-lo.
- 4) O Presidente da República pretende passar um período de 15 dias nas ilhas Fiji, sem o assentimento da Assembleia da República. Comente, fundamentadamente, esta pretensão.
- 5) Explique as condições em que o Presidente da República pode demitir o Governo.

- 6) O Presidente da República dissolveu a Assembleia da República sem ouvir os partidos políticos. Comente.
- 7) O Presidente da República decidiu que do novo Conselho de Estado, não fariam parte os antigos Presidentes da República. Estes insurgem-se quanto a tal decisão. Explique quem tem razão.
- 8) O Presidente da República foi acometido de doença súbita, que o impede de exercer as suas funções por um período que se prevê seja de dois meses. O Presidente interino, no exercício das suas funções, nomeou os dois vogais do Conselho Superior da Magistratura. Os restantes membros do Conselho Superior da Magistratura opõem-se dizendo que o Presidente da República interino não tem competência para o efeito. Explique quem tem razão.

XIV. “A Assembleia da República é a assembleia de todos os cidadãos portugueses”. (art.147.º da CRP)

- 1) Diga o que entende por legislatura da Assembleia da República.
- 2) Explique em que situações a Assembleia da República não pode ser dissolvida.
- 3) Refira as funções de fiscalização da Assembleia da República.
- 4) Explícite se os Deputados eleitos pelo círculo do Porto para a Assembleia da República representam apenas os eleitores desse círculo. Justifique a sua resposta.
- 5) Explique, recorrendo a exemplos, a interdependência entre a Assembleia da República e o Presidente da República e a Assembleia da República e os Tribunais.

XV. “O Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da Administração Pública”. (art.182.º da CRP)

- 1) Explique, recorrendo a exemplos, a interdependência entre o Governo e a Assembleia da República, o Governo e o Presidente da República e o Governo e os Tribunais.
- 2) Suponha que o Governo português se confronta com uma situação de grande instabilidade social e delibera declarar o estado de sítio. Explique se o Governo tem competência para o fazer.

XVI. “Os Tribunais são independentes e apenas estão sujeitos à lei”. (art.203.º da CRP)

- 1) Refira em que consiste a função dos Tribunais.
- 2) Explique a hierarquia dos Tribunais Judiciais.
- 3) Refira em que medida a independência dos Tribunais é assegurada pela garantia de independência dos juízes.
- 4) Os juízes no exercício das suas funções gozam de determinadas garantias. Explique cada uma delas.
- 5) Refira qual é a posição que o Supremo Tribunal de Justiça ocupa na hierarquia dos Tribunais Judiciais.
- 6) Diga como se designam os juízes que exercem funções nos Tribunais de Comarca, nos Tribunais da Relação e no Supremo Tribunal de Justiça.
- 7) Dê exemplos de Tribunais Especiais.
- 8) Refira que designações podem assumir as decisões dos Tribunais.
- 9) Analise os arts.221.º, 222.º, 223.º e 224.º da CRP e indique algumas das competências do Tribunal Constitucional.
- 10) Explique a importância do Conselho Superior da Magistratura.

XVII. A criação de Centros de Arbitragem tem-se mostrado de grande importância na resolução de conflitos, nomeadamente, do consumo. Contudo, pressupõem sempre a prévia aceitação de ambas as partes. O que nem sempre é possível. Com estas instituições, são perfeitamente conviventes os Julgados de Paz que têm as características dos meios alternativos de resolução de conflitos, e o carácter institucional de um Tribunal.

- 1) Indique os meios extra-judiciais de resolução de conflitos constantes do texto.
- 2) Explique as vantagens do recurso aos Centros de Arbitragem.
- 3) Identifique dois tipos de Centros de Arbitragem.
- 4) Refira a importância da mediação e da conciliação no processo de Arbitragem.
- 5) O texto refere “os Julgados de Paz têm o carácter institucional de um Tribunal”. Comente a afirmação.

- 6) Refira as vantagens do recurso aos Julgados de Paz que estão implícitas na situação relatada.
- 7) Refira se os Juízes de Paz gozam das mesmas garantias do que os juízes dos Tribunais judiciais.

XVIII. Os Tribunais Arbitrais têm vindo a assumir um papel importante na resolução extra-judicial de conflitos.

- 1) Explique se os Tribunais Arbitrais podem julgar de acordo com a equidade.
- 2) Refira se as sentenças proferidas pelos Tribunais Arbitrais têm o mesmo valor que as proferidas por um Tribunal de primeira Instância.
- 3) Explícite se as partes podem interpor recurso de uma decisão arbitral.
- 4) Distinga a arbitragem *ad hoc* de arbitragem institucionalizada.
- 5) Acha que as sentenças judiciais fundadas no direito positivo são mais justas e revelam uma melhor aplicação do direito do que as decisões proferidas pelos tribunais arbitrais fundadas na equidade?

XIX. Determine qual o Tribunal competente para resolver as questões jurídicas colocadas pelas seguintes hipóteses:

- a) O Presidente da República vai jantar a um restaurante com a sua família, para celebrar o seu aniversário, mas recusa-se a pagar a conta dada a má qualidade da confecção dos alimentos, bem como do serviço prestado no restaurante;
- b) Um candidato a Professor Catedrático, no ISEG, foi excluído do concurso público, para a referida posição, e pretende, agora, recorrer de tal decisão;
- c) Um gabinete de arquitectos pretende recorrer da decisão do júri que procedeu à classificação dos diferentes projectos num concurso relativo à construção de um novo edifício no ISEG;
- d) Um inspector tributário cometeu vários crimes de corrupção, no âmbito da sua actividade profissional;
- e) Um Presidente de uma Câmara Municipal do interior furtou 25.000,00 euros do orçamento da autarquia.

XX. “A democracia é a tendência em alta. Mas no «mundo livre» vive apenas um quinto da população mundial. Mais de um quarto da população vive sob tirania absoluta. (...) O relatório destaca outra «marca histórica»: 61 por cento de todos os países e 55 por cento de toda a população mundial vivem sob Governos e Parlamentos eleitos democraticamente «em processos genericamente livres e justos»”. Analise o texto relacionando os seguintes pontos:

- i) A existência de Governos e Parlamentos eleitos pode não ser suficiente para a realização efectiva de um Estado de Direito.
- ii) O princípio da separação de poderes, num Estado de Direito Democrático.
- iii) O Estado como detentor do monopólio de criação e aplicação do Direito.
- iv) A importância da existência de eleições livres num Estado de Direito Democrático.
- v) O papel do Presidente da República como garante do funcionamento das instituições.

XXI. “A Administração Pública existe para prosseguir o interesse público, mas ela não pode fazê-lo de qualquer maneira e muito menos de modo arbitrário, antes está sujeita a certas regras e princípios”.

- 1) Explique o princípio da legalidade da Administração Pública.
- 2) Indique três meios de controlo da legalidade que conhece.
- 3) Refira, de acordo com a Constituição, as competências do Ministério Público.

XXII. “Para haver uma revisão constitucional em Portugal é necessário que estejam preenchidos determinados requisitos de qualificação”.

- 1) Explique o que entende por poder de revisão constitucional.
- 2) Identifique e explique os limites de uma revisão constitucional.
- 3) Diga o que entende por revisão constitucional extraordinária e quando esta pode ocorrer.
- 4) A Constituição Portuguesa é rígida, semi-rígida ou flexível? Justifique.

Grupo III – Os Ramos do Direito

I. A **Câmara Municipal de Lisboa** expropriou um terreno a **Artur**, para nele mandar edificar um pavilhão gimnodesportivo e adquiriu para o efeito à empresa **Vedações, Lda.**, uma vedação para isolar o local, enquanto decorressem as obras. A empresa emitiu a respectiva factura, contudo o tesoureiro da referida Câmara recusa-se a pagá-la.

- 1) Explique quais os actos, constantes do texto, que se integram no Direito Público e quais os actos que se integram no Direito Privado.
- 2) Distinga Direito Público de Direito Privado, tendo em consideração os diferentes critérios estudados.

II. “A profusão nas modernas constituições de cláusulas de inserção do Direito Internacional nas respectivas ordens jurídicas internas e de fixação da hierarquia das normas jurídicas prova-nos que não se existe nenhuma regra ou princípio de Direito Internacional que impeça o legislador constituinte de atribuir na ordem jurídica interna o valor que entender aos compromissos internacionais que os órgãos estaduais assumirem, por meio de Convenções. Ao assumir um compromisso internacional, o sujeito de Direito Internacional obriga-se a actuar, na ordem jurídica interna, de acordo com tal compromisso”.

- 1) Indique o ramo de Direito Internacional implícito no texto anterior.
- 2) O texto faz referência a uma das fontes de Direito Internacional. Identifique-a.
- 3) Explícite duas outras fontes de Direito Internacional.
- 4) Explique de que modo o Direito internacional é recebido pela CRP.
- 5) Diga o que se entende por Comunidade Internacional.
- 6) Quem são os membros da Comunidade Internacional, hoje em dia: apenas os Estados, ou também as organizações internacionais (ONU, NATO, UNICEF) e, até, os indivíduos?

III. Os diplomas emanados dos órgãos comunitários com funções normativas constituem Direito Derivado.

- 1) Distinga Direito Originário de Direito Derivado.

- 2) Identifique e diferencie os diplomas emanados dos órgãos comunitários com funções normativas.
- 3) Explique se o Estado português pode recusar-se a aplicar, na ordem jurídica interna, um regulamento comunitário.
- 4) O Tratado da União Europeia consagrou expressamente o princípio da subsidiariedade. Explique em que consiste este princípio.
- 5) Explique o primado do Direito Comunitário e o Princípio da aplicabilidade directa.

IV. Diga qual o ramo ou ramos do Direito a cujas normas se deve recorrer para resolver os seguintes problemas:

- 1) A fim de se preparar para um teste de conhecimento, **Lúcia** precisa de saber quais são as regras jurídicas que disciplinam o estabelecimento de relações diplomáticas entre Estados.
- 2) Gerou-se, a dada altura, um conflito institucional entre o Governo e o Parlamento, ambos se reclamando competentes, em exclusivo, para a prática de um determinado acto.
- 3) Por razões ligadas à sua actividade profissional, **Amândio** precisa de saber quais são as receitas e as despesas compreendidas no Orçamento de Estado.
- 4) Uma empresa quer fazer um acordo, com outra empresa, para a produção de um determinado produto, mas desconhece se os termos desse acordo contendem com a legislação da concorrência.
- 5) **Paula** é proprietária de um apartamento, situado num prédio em propriedade horizontal. O administrador do condomínio quer fazer uma despesa “fora da rotina”. **Paula** discorda da realização desta despesa, mas o administrador insiste em fazê-la, pretendendo cobrar, a **Paula**, a respectiva quota-parte dessa despesa.
- 6) Os pais **Zacarias** e **Clarabela** faleceram num acidente de viação, deixando dois filhos (**Francisco** e **Tomás**), ambos casados, que agora se interrogam sobre quem irá herdar os bens dos falecidos.

- 7) **Constança**, que trabalha por conta de outrem numa empresa de construção civil, pretende saber se tem direito a férias, no corrente ano.
- 8) Um cidadão espanhol pretende casar-se, em Portugal, com uma cidadã italiana, mas desconhece qual é a lei competente para regular a forma do casamento.
- 9) **Eduardo** gostaria de saber a que regras obedece a estruturação dos serviços das várias forças de polícia, e em que ministério ou ministérios se enquadram essas várias forças.
- 10) **Rosalina** assumiu o compromisso de realizar uma prestação que, afinal, era impossível; e quer saber quais são as consequências dessa impossibilidade.
- 11) **Adriana** foi arrolada para depor, como testemunha, num processo de divórcio instaurado por uma das suas amigas. Mas desconhece que direitos e deveres lhe cabem exactamente, na qualidade de testemunha.
- 12) **Ludovico** pretende saber quais são os objectivos da União Europeia.
- 13) **Renato**, estudante de História, tomou conhecimento, pela comunicação social, de que ia decorrer um julgamento de um conjunto de indivíduos acusados da prática de um crime. **Renato** gostaria de assistir às sessões de julgamento, mas não sabe se tem direito a isso, nem como decorre a tramitação do julgamento, mas deseja sabê-lo.
- 14) **Demétrio** e **Verónica**, têm um filho e, gostariam de saber quais são os direitos e deveres inerentes à sua qualidade de pais.
- 15) **Leonardo**, dono de uma loja de mobílias, viu-se envolvido numa acesa discussão com um dos seus clientes, no decurso da qual este o ofendeu com alguns palavrões. **Leonardo** pretende saber se este acto ofensivo do cliente constitui, ou não, um crime.

- 16) O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) incide sobre os rendimentos obtidos no período de tributação, pelos respectivos sujeitos passivos, nos termos da lei.
- 17) Compete ao conservador apreciar a viabilidade do pedido de registo, em face das disposições legais aplicáveis, dos documentos apresentados e dos registos anteriores, verificando especialmente a identidade do prédio, a legitimidade dos interessados, a regularidade formal do prédio, dos títulos e a validade dos actos dispositivos neles contidos.
- 18) Compete à Assembleia da República, para além das demais competências, conferir ao Governo autorizações legislativas.
- 19) Salvo disposição da lei em contrário, os efeitos do parentesco produzem-se em qualquer grau na linha recta e até ao sexto grau na colateral.
- 20) São comerciantes as pessoas que, tendo capacidade para praticar actos de comércio, fazem deste profissão.
- 21) A marca pode ser constituída por um sinal ou conjunto de sinais susceptíveis de representação gráfica, nomeadamente palavras, incluindo nomes de pessoas, desenhos, letras, números, sons, a forma do produto ou da respectiva embalagem, que sejam adequados a distinguir os produtos ou serviços de uma empresa dos de outras empresas.
- 22) Devido a desentendimentos antigos, **Bonifácio** foi ameaçado de morte por um indivíduo já cadastrado; pretende, por isso saber se essa conduta é qualificável como crime, e, em caso afirmativo, qual será a sanção que lhe corresponde.
- 23) O Imposto de Selo incide sobre todos os actos, contratos, documentos, títulos, livros, papéis e outros factos previstos na respectiva Tabela Geral.
- 24) **Constantino** compôs uma sinfonia, e vê com bons olhos que ela seja gravada e lançada no mercado, desde que tudo se processe com respeito pelos direitos de que seja titular, na sua qualidade de compositor. Desconhece, porém, o exacto teor desses direitos.

- 25) O acto administrativo produz os seus efeitos desde a data em que for praticado, salvo nos casos em que a lei ou o próprio acto lhe atribua eficácia retroactiva ou diferida.
- 26) **Efigénia**, beneficiária da Segurança Social na qualidade de trabalhadora por conta de outrem, deseja saber que eventualidades são cobertas pela protecção social que lhe é aplicável.
- 27) Em caso de crime punível com pena de prisão não superior a três anos ou só com pena de multa, o Ministério Público, quando entender que ao caso deve ser concretamente aplicada pena ou medida de segurança não privativas da liberdade, requer ao tribunal que a aplicação tenha lugar em processo sumaríssimo.
- 28) Para o desempenho das suas atribuições, e nos termos do presente Tratado, o Parlamento Europeu em conjunto com o Conselho e a Comissão adoptam regulamentos e directivas, tomam decisões e formulam recomendações e pareceres.
- 29) Compete, em geral, ao notário redigir o instrumento público conforme a vontade das partes, a qual deve indagar, interpretar e adequar ao ordenamento jurídico, esclarecendo-as do seu valor e alcance.
- 30) Se alguém, por simples declaração unilateral prometer uma prestação ou reconhecer uma dívida, sem indicação da respectiva causa, fica o credor dispensado de provar a relação fundamental, cuja existência se presume até prova em contrário.
- 31) **Florindo** é vendedor ambulante, e desconhece se, nessa qualidade, está sujeito ao pagamento de algum imposto, e, em caso afirmativo, em que termos.
- 32) **César** emprestou dinheiro a um amigo, o qual, porém, se recusa terminantemente a devolver-lho. **César** equaciona a hipótese de recorrer a tribunal, para obter a condenação do amigo ao pagamento da quantia em dívida, mas não sabe a que tribunal se dirigir nem tão pouco como o fazer.

- 33) A referência das normas de conflitos a qualquer lei estrangeira determina apenas, na falta de preceito em contrário, a aplicação do direito interno dessa lei.
- 34) O Governo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas, de modo a reduzir o défice orçamental, a reorientar a despesa pública e a permitir uma melhor satisfação das necessidades colectivas.
- 35) As criações intelectuais do domínio literário, científico e artístico, quaisquer que sejam o género, a forma de expressão, o mérito, o modo de comunicação e o objectivo, compreendem nomeadamente livros, folhetos, revistas, jornais e outros escritos.
- 36) São proibidos os acordos entre empresas, as decisões de associações de empresas e as práticas concertadas entre empresas, qualquer que seja a forma que revistam, que tenham por objecto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência no todo ou em parte do mercado nacional.
- 37) Estão vinculados a prestação de alimentos, pela ordem indicada, o cônjuge ou o ex-cônjuge, os descendentes, os ascendentes e os irmãos.
- 38) Na petição inicial da acção em que requeira a interdição ou inabilitação, deve o autor, depois de deduzida a sua legitimidade, mencionar os factos reveladores dos fundamentos invocados e do grau de incapacidade do interditando ou inabilitando e indicar as pessoas que devam compor o conselho de família e exercer a tutela ou curatela.
- 39) Foi aplicada a **Adolfo**, funcionário público, uma sanção disciplinar, pretendendo este saber se essa sanção consta do elenco de possíveis sanções aplicáveis aos funcionários públicos.
- 40) **Marcolino** concebeu um novo modelo de cadeiras, caracterizado por um revolucionário design e pequenos, mas

engenhosos, mecanismos de ajustamento de posições, que as tornam bastante mais confortáveis e funcionais do que as cadeiras tradicionais. Pretende, assim proteger a sua descoberta, em ordem a evitar que possa ser abusivamente utilizada por outrem, mas desconhece se tal protecção é juridicamente possível.

- 41) Os proprietários de prédios que não tenham comunicação com a via pública têm a faculdade de exigir a constituição de servidões de passagem sobre os prédios rústicos vizinhos.
- 42) Qualquer pessoa ou entidade sujeita a obrigações perante as instituições de segurança social pode requerer, em qualquer momento, que lhe seja passada uma declaração comprovativa do regular cumprimento dessas obrigações.
- 43) Os titulares de cargos políticos respondem pelos actos que pratiquem no exercício das suas funções.
- 44) O total das receitas obtidas com a alienação do património do Estado afecto às Forças Armadas constituirá receita do Estado.
- 45) O testamento é acto pessoal, insusceptível de ser feito por meio de representante ou de ficar dependente do arbítrio de outrem, quer pelo que toca à instituição de herdeiros ou nomeação de legatários, quer pelo que respeita ao objecto da herança ou do legado, quer pelo que pertence ao cumprimento ou não cumprimento das suas disposições.
- 46) Em caso de processo por crime sexual que tenha por ofendido um menor de 16 anos, os actos processuais decorrem em regra com exclusão da publicidade.
- 47) As dívidas comerciais do cônjuge comerciante presumem-se contraídas no exercício do seu comércio.
- 48) Um cidadão dinamarquês, residente em Portugal, pretende fazer um testamento a favor de uma cidadã luxemburguesa residente na Alemanha; e pretende saber qual é a lei competente para regular a forma desse testamento.

- 49) Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-membros, e possam pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista ser melhor alcançados ao nível comunitário.
- 50) É admitida a prestação de coisa futura sempre que a lei não o proíba.
- 51) A função notarial destina-se a dar forma legal e a conferir fé pública aos actos jurídicos extrajudiciais.
- 52) A entidade patronal deve pagar ao trabalhador uma retribuição que seja justa e adequada ao seu trabalho.

Grupo IV – As Fontes de Direito

I. “As fontes de Direito serão, em geral, as origens, os factos, as raízes de onde procedem as normas jurídicas, bem como as causas que as produzem ou as influências que moldam o seu conteúdo. A expressão fontes de Direito pode ser usada, por juristas e não juristas, em muitos sentidos diferentes, os primeiros são sentidos extra-jurídicos, e os restantes são sentidos jurídicos”.

- 1) O que é que distingue as fontes do Direito em sentido jurídico das fontes do Direito em sentido extra-jurídicos?
- 2) Distinga as fontes primárias das fontes secundárias de Direito. Identifique-as.

II. “A hierarquia, em Direito, consiste precisamente na relação vertical entre uma entidade superior e uma entidade inferior ou subalterna - hierarquia das fontes, hierarquia das leis, hierarquia dos tribunais,...”

- 1) Em que consiste o problema da hierarquia das fontes do Direito? E da hierarquia das leis?
- 2) Qual o regime jurídico aplicável à situação de paridade das fontes? E de leis?

- 3) Qual o regime jurídico próprio das situações de hierarquia das leis: quando uma norma resultante de uma dada fonte viola outra norma emanada de uma fonte superior, quais são as consequências jurídicas possíveis dessa contradição?
- 4) Como se justifica que o primeiro grau na hierarquia das fontes e das leis seja ocupado pelo Direito Internacional?
- 5) Como se pode conciliar o primado do Direito Internacional com a soberania dos Estados, que deve poder aceitar ou recusar, livremente, a aprovação e ratificação de qualquer tratado internacional?
- 6) Porque é que a soberania dos Estados não pode prevalecer nunca sobre as normas e os princípios do Direito Internacional comum ou geral?
- 7) O princípio do primado do Direito da União Europeia sobre o direito interno de cada país membro desta União abrange ou não as Constituições nacionais? O princípio do primado do Direito da União Europeia reduz-se ao Direito Comunitário Originário ou abrange também o Direito Comunitário Derivado?
- 8) Porque é que a Constituição prevalece sobre todo o restante direito interno do país a que respeita?

III. Identifique, justificando, as fontes de direito que integram cada uma das seguintes situações:

- 1) O Governo aprovou, sob a forma de Decreto-lei, legislação que transpõe para a ordem jurídica interna as disposições de um Regulamento comunitário, adaptando à ordem jurídica nacional, num sentido mais restritivo, algumas das suas normas.
- 2) A generalidade dos automobilistas lisboetas estaciona o automóvel em cima do passeio, dado ser uma prática comum na cidade.
- 3) Perante a inexistência de uma definição legal do conceito de “estabelecimento comercial”, um conhecido e muito conceituado jurista emite um parecer, a pedido de uma das partes num processo cível, em que expõe as diversas posições doutrinárias sobre o assunto e as aplica ao caso concreto, expondo no final a sua própria posição.

- 4) Nas festas da Nossa Senhora da Conceição, em Barrancos, foram realizadas, segundo a tradição local, duas touradas de morte, apesar de uma lei nacional do princípio do século proibir essa prática.
- 5) Num recente acórdão do Supremo Tribunal de Justiça foi interpretada uma norma jurídica num sentido divergente da interpretação tradicional pela generalidade da doutrina portuguesa, que havia sido acolhida em acórdãos anteriores de outros tribunais superiores e, pelo menos numa ocasião, deste mesmo tribunal.
- 6) O Ministro do Trabalho pretende interpretar, por portaria, uma norma inserida no Código de Trabalho, aprovado por Decreto-lei autorizado.
- 7) Se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela assumidas afecte gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.

IV. Tendo em atenção o texto legal, de seguida, transcrito e a CRP, responda, posteriormente, às questões colocadas.

LEI N.º6/2006, DE 27 DE FEVEREIRO

Aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º287/2003, de 12 de Novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

TÍTULO I

NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU).

CAPÍTULO I

Alterações legislativas

Artigo 2.º

Alterações ao Código Civil

- 1 - São revogados os artigos 655.º e 1029.º do Código Civil.
- 2 - Os artigos 1024.º, 1042.º, 1047.º, 1048.º, 1051.º, 1053.º a 1055.º, 1417.º e 1682.º-B do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º47344, de 25 de Novembro de 1966, passam a ter a seguinte redacção:

(...)

Artigo 65.º

Entrada em vigor

- 1 - Os artigos 63.º e 64.º entram em vigor no dia seguinte ao da publicação da presente lei.
- 2 - As restantes disposições entram em vigor 120 dias após a sua publicação.

Aprovada em 21 de Dezembro de 2005

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Promulgada em 10 de Fevereiro de 2006.

Publique-se:

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO,

Referendada em 13 de Fevereiro de 2006.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Diário da República - I SÉRIE-A

N.º41 - 27 de Fevereiro de 2006

- 1) Diga que tipo de acto legislativo foi aprovado.
- 2) Identifique o órgão de soberania que aprovou este acto legislativo.
- 3) Refira onde foi aprovado este acto legislativo.
- 4) Diga se o órgão de soberania que aprovou este acto legislativo tinha competência legislativa para o fazer. Se tal não se verificasse estaríamos perante algum tipo de inconstitucionalidade?

- 5) Explícite se o acto legislativo aprovado deverá ser considerado como sendo uma fonte mediata ou imediata de Direito.
- 6) Explícite se o diploma legal transcrito se pode considerar uma lei em sentido formal e/ou uma lei em sentido material.
- 7) Diga o que se entende por promulgação de uma lei. Para além de promulgar o diploma, o que poderia o Presidente da República fazer quando o recepcionasse?
- 8) Refira a validade da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, caso esta não tivesse sido promulgada.
- 9) Explique em que consiste a referenda da lei.
- 10) Refira a validade da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, caso esta não tivesse sido referendada.
- 11) Explícite o vício de que padeceria a referida Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, se não tivesse sido publicada em Diário da República, I Série-A. Explique a obrigatoriedade da sua publicação em Diário da República.
- 12) Diga o que entende por *vacatio legis* e refira qual é a *vacatio legis* prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro.
- 13) Diga se o Tribunal Constitucional poderia ter tido alguma intervenção no decurso da feitura deste acto legislativo. Identifique quais são as funções do Tribunal Constitucional?
- 14) Explícite o tipo de inconstitucionalidades que estudou, bem como de ilegalidades.
- 15) Após a publicação do diploma do Diário da República, I Série-A, poderia ocorrer algum tipo de fiscalização da constitucionalidade? Justifique.
- 16) Poderia este diploma ser alvo de apreciação parlamentar? Justifique.
- 17) Se algum cidadão visse algum dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais consagrados na CRP violados, por algum preceito legal consagrado na Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, como poderia reagir? Justifique.
- 18) Classifique a forma de cessação de vigência da lei constante do texto. Explícite as outras formas de cessação de vigência da lei que estudou.
- 19) Distinga lei de decreto-lei e de decreto legislativo regional.

20) No âmbito das competências administrativas pode o Governo fazer regulamentos. Explique qual a função dos regulamentos.

V. “A Assembleia da República aprovou dois diplomas legislativos: um modifica o regime financeiro das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, enquanto outro cria, no Ministério da Educação e Ciência, uma nova Secretaria de Estado, de apoio à integração dos alunos e à eliminação do insucesso escolar no Ensino Superior. Por sua vez, o Governo aprovou um diploma legislativo que altera as formas de expropriação dos solos, tendo em conta o interesse público”.

- 1) Que tipos de diplomas foram aprovados? Onde teriam sido aprovados tais diplomas? Teria a Assembleia da República e o Governo competência para legislar sobre estas matérias? Após a aprovação dos diplomas pela Assembleia da República e pelo Governo, quais os órgãos de soberania ou entidades que deverão intervir no processo legislativo e qual o resultado provável da sua intervenção?
- 2) Suponha que os diplomas são publicados no dia 26 de Junho de 2011. Explique o processo de publicação e de entrada em vigor desses diplomas. Poderia ocorrer a apreciação parlamentar de algum dos diplomas? Como? E algum tipo de fiscalização? Suponha que o **Belmiro** ao ler o diploma sobre expropriação dos solos, elaborado pelo Governo, encontra uma violação explícita ao seu direito de propriedade privada. Que meios poderá **Belmiro** utilizar para reagir contra o mesmo?

VI. Analise as seguintes situações, comentando com as disposições legais que considere aplicáveis, atendendo a todas as fases do processo legislativo e sua respectiva constitucionalidade:

- 1) A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território pretende ver aprovado um novo regime geral do arrendamento rural.
- 2) Alguns deputados querem ver aprovada, pela Assembleia da República, uma lei de reestruturação do Ministério da Economia e do Emprego, criando novas secretarias de Estado relativas,

designadamente, a “Novas Oportunidades”, “Comércio”, “Indústria e PME” e “Minérios”.

3) O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares pretende propor a extinção de 1500 autarquias e criação de outras 10.

4) O Ministro da Justiça pretende rever o regime do segredo de justiça

5) Um grupo de cidadão pretende apresentar um projecto de reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), de forma a aumentar os escalões e diminuir as taxas aplicáveis aos rendimentos anuais inferiores a € 10.000,00.

6) Um dos grupos parlamentares pretende que a Assembleia da República altere a legislação sobre tributação dos produtos petrolíferos, de forma, a que o preço dos combustíveis diminua bruscamente já a partir de Julho, igualando os preços praticados em Espanha.

7) O Governo aprovou um diploma alterando o regime jurídico da liberdade sindical da Polícia de Segurança Pública (PSP) e enviou-o ao Presidente da República.

8) Alguns deputados, muito sensibilizados com um recente discurso do Presidente da República sobre o papel da língua portuguesa no mundo, preparam-se para apresentar um projecto de criação de uma Secretaria de Estado para as Relações de Portugal com o Mundo de Língua Portuguesa.

9) O Chefe do Governo de uma das Regiões Autónomas apresentou à Assembleia da República uma proposta de alteração do respectivo estatuto político-administrativo, pressupondo um sistema em que cada uma das Regiões Autónomas e o Continente de Portugal passariam a ser Estados federados da “República Federal dos Estados Unidos de Portugal”.

10) O grupo parlamentar do partido “Os Verdes” pretende apresentar um projecto de referendo à Assembleia da República que altere a Tributação sobre os produtos petrolíferos, de forma a que 20% da taxa de incidência reverta a favor de subsídios de apoio a projectos ambientais já no corrente ano.

VII. Analise os seguintes casos de produção legislativa, atendendo às normas jurídicas em vigor:

- 1) Suponha que o Ministro da Saúde e o Ministro da Solidariedade e Segurança Social trabalharam todo o fim-de-semana passado, elaborando um projecto para alterar o sistema de segurança social e o regime nacional de saúde. Levaram-nos ao Conselho de Ministro desta semana, onde foi muito elogiado e aprovado. Na próxima Segunda-feira, os diplomas irão ser enviados ao Presidente da República. Comente.
- 2) Suponha que no passado dia 2 de Fevereiro saiu em Diário da República Electrónico, I Série, um diploma legislativo do Governo alterando a forma de criação das polícias municipais. De que tipo de diploma se tratará? Que procedimentos terão sido seguidos na sua produção? Qual a data da entrada em vigor do diploma? (o diploma é omissivo sobre isso).
- 3) A Assembleia da República conferiu uma autorização legislativa ao Governo para este alterar o Código Penal. A autorização foi concedida pelo prazo de 120 dias e permite, ao Governo, definir penas até ao máximo de dez anos de prisão no que respeita à criminalidade económica e financeira. O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, um decreto em que se prevê penas de prisão até 15 anos, para crimes na matéria referida, se os proveitos obtidos pelo autor do crime atingirem um valor superior a cinco milhões de euros. Qual a tramitação necessária à elaboração e entrada em vigor da lei de autorização? O Presidente da República poderá impedir a entrada em vigor do decreto? Em caso afirmativo, como deverá actuar?
- 4) A Assembleia da República aprovou, com 135 votos a favor e 95 votos contra, uma revisão constitucional com o intuito de colocar um tecto máximo ao endividamento externo. O decreto foi enviado para o Presidente da República. Comente.
- 5) A Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou dois decretos: no primeiro elevou várias aldeias a vilas, enquanto por intermédio do segundo alterou a fixação máximos das unidades de exploração agrícola regionais. Analise as fases deste processo legislativo e sua respectiva constitucionalidade.

6) A Câmara Municipal de Torres Vedras modificou, em Assembleia Municipal, os regulamentos e posturas sobre as vendas ambulantes no Concelho, fazendo constar dos novos diplomas as regras de higiene e segurança que os feirantes necessitam de respeitar, bem como a exclusão da comunidade chinesa, hindu e cigana destes espaços. Comente.

VIII. O Governo procedeu à alteração da sua lei orgânica, criando o cargo de Vice-Primeiro Ministro até aí inexistente. O Chefe de Estado não concordou com o decreto do Governo, tendo vetado a referida alteração, pois aproximando-se uma campanha eleitoral para a Assembleia da República, considerou que tal facto iria dar uma maior visibilidade ao Executivo na comunicação social e, conseqüentemente, que poderia favorecer o partido que apoia o Governo. Face a esta situação, **Leonardo (L)** afirmava que o Presidente da República não o poderia fazer, já que tal não era da sua competência, porquanto tratando-se da única matéria que recai no âmbito das competências exclusivas do Governo o Chefe de Estado não teria aí qualquer intervenção. Ao invés, **Camil (C)** referia que a atitude do PR se enquadrava perfeitamente no âmbito das suas competências, visto que a matéria em causa não era da exclusiva competência do Governo. Por último, **Jorge (J)** não concordava com as argumentações anteriores, mencionando a circunstância do Chefe de Estado poder sempre adoptar tal comportamento, independentemente de se tratar de matéria da competência exclusiva do Governo, que, aliás, aqui existiria. Comente as posições do Governo, de **L**, de **C** e de **J**?

IX. Em 24 de Setembro e na sequência de uma autorização legislativa, é publicado no Diário da República um decreto-lei autorizado, dispondo, nomeadamente, que os arrendamentos habitacionais anteriores a 1980 terão um agravamento entre 50% e 200%, consoante os valores da renda actual, já que é salientado que nalguns casos os montantes das rendas afiguram-se presentemente como perfeitamente irrisórios. A Assembleia da República, a requerimento de 16 Deputados, com os votos favoráveis de 104 Deputados, 60 abstenções e 42 votos contra, aprovou a cessação da sua vigência em 8 de

Outubro, tendo a mesma sido enviada em 15 de Outubro para a promulgação do Presidente da República.

- 1) O Governo era competente para legislar sobre a matéria?
- 2) Como enquadra a actuação da Assembleia da República?
- 3) Se fosse assessor do Chefe de Estado, qual seria o seu entendimento quanto a uma suposta promulgação? Justifique.
- 4) Independentemente da resposta à alínea anterior, imagine que o referido acto da Assembleia da República era publicado no Diário da República, com efeitos a 24 de Setembro?

X. Através de despacho do Ministro da Saúde, e sem se citar a respectiva lei habilitante, vem-se regular o acesso dos delegados de informação médica aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, incluindo os hospitais S.A., nos seguintes termos:

- a) O acesso a estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde por parte dos delegados de informação médica, só é permitido quando os mesmos se apresentem devidamente identificados e credenciados mediante registo junto do Instituto Nacional de Farmácia e do Medicamento;
- b) Cada laboratório só poderá realizar até seis visitas por ano a cada estabelecimento ou serviço do Serviço Nacional de Saúde;
- c) Independentemente do laboratório que representem, o número máximo de visitas diárias permitido é de dois delegados de informação médica em cada serviço hospitalar.

Face ao acima preceituado, **Leonardo, Jorge e Berenice** alegam que o despacho do Ministro é inconstitucional. Terão razão? Justifique.

XI. Uma norma (**N**) do Decreto-Lei **X** (de 1997) que alterara a Lei **Y** (de 1978) foi declarada inconstitucional, com força geral e obrigatória, em 2001.

- 1) Quem proferiu esta decisão?
- 2) Que efeitos terá tal declaração de inconstitucionalidade?
- 3) Suponha que, em 2001, **Eduarda (E)** interpôs uma acção contra **Ivone (I)** invocando a favor da sua pretensão a norma **N** do Decreto-Lei **X**. **I** defendeu-se alegando a inconstitucionalidade da norma **N**. Em 2002, a

acção foi decidida a favor de **E**, rejeitando o tribunal a tese de **I** sobre a inconstitucionalidade da norma **N**.

- a) O tribunal que rejeitou a tese de **I** foi o Tribunal Constitucional?
- b) A decisão tomada pelo tribunal foi correcta?
- c) O que terá acontecido em seguida, após a rejeição da tese de **I** sobre a inconstitucionalidade da norma **N**?

XII. Amandine (A) foi julgada em 2001, por uma dada conduta praticada em 1998, aplicando-se-lhe uma pena de três anos de prisão prevista na lei **K**, em vigor desde 1997 (que revogara uma anterior lei, **W**, que previa, para aquela conduta, a pena máxima de dois anos de prisão). Em 2002, após uma análise suscitada a pedido do Provedor de Justiça, a lei **K** foi declarada inconstitucional por um Acórdão do Tribunal Constitucional.

- a) Que tipo de fiscalização ocorreu?
- b) A declaração de inconstitucionalidade terá algum efeito no caso de **A**?

XIII. Imagine que a Assembleia da República, por 118 votos a favor, 60 contra e 20 abstenções, aprovou um decreto, estipulando que o Estado deixará de autorizar a criação de associações culturais cuja vocação seja a chamada cultura popular. O Presidente da República suscitou a apreciação deste decreto ao Tribunal Constitucional, tendo-se este órgão pronunciado pela inconstitucionalidade. *Quid juris?*

XIV. Em 12 de Maio de 2005, o Governo, mediante uma autorização legislativa que lhe tinha sido concedida pela Assembleia da República em 24 de Março, por um período de 90 dias, legislou sobre o regime de admissões, condições de trabalho, vencimentos e demais prestações de carácter remuneratório dos funcionários públicos, sem ter previamente auscultado as associações sindicais da Administração Pública. O Chefe de Estado veio a promulgar o decreto em causa no dia 25 do mesmo mês. Em 18 de Junho de 2007, o Tribunal Constitucional, após solicitação do Procurador-Geral da República, veio a declarar com força obrigatória geral a inconstitucionalidade do citado decreto-lei. Quanto aos efeitos da declaração, era salientado nesse acórdão do Tribunal Constitucional que, após a entrada em vigor daquele diploma, ter-se-

ão criado inúmeras expectativas aos funcionários públicos entretanto admitidos ao abrigo dessa legislação, expectativas que agora importaria acautelar, sob pena da sua desvinculação da função pública com todas as consequências daí inerentes.

- 1) O Governo era competente para legislar sobre a matéria?
- 2) Que tipo de fiscalização foi exercido pelo Tribunal Constitucional? Foi a mesma exercida atempadamente?
- 3) E o Procurador-Geral da República podia requerê-la?
- 4) Face ao presente texto, qual o fundamento que teria estado na origem da inconstitucionalidade declarada pelo Tribunal Constitucional?
- 5) Qual foi o tipo de inconstitucionalidade declarado?
- 6) Face ao texto do acórdão supracitado, quais teriam sido os efeitos da declaração de inconstitucionalidade do Tribunal Constitucional? Porquê?

XV. Tendo em vista um alegado aumento de produtividade dos funcionários públicos, procurou-se uniformizar o número de dias de férias dos funcionários públicos com os dos trabalhadores regidos pelo Código do Trabalho. Em consequência, o Governo, mediante decreto-lei emitido ao abrigo da competência concorrential com a Assembleia da República, alterou o decreto-lei autorizado que consagrava e diferenciava o número de dias de férias dos funcionários públicos, em função da idade e o número de anos de serviço, estabelecendo um novo regime de férias em tudo idêntico ao regime menos favorável dos trabalhadores regidos pelo Código do Trabalho. *Quid Juris?*

XVI. Suponha que tendo surgido diversas dúvidas sobre o significado da expressão “danos significativos no ambiente, em virtude de acção especialmente perigosa”, constante do art.41.º, n.º1, da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º11/87, de 7 de Abril), veio o Secretário de Estado do Ambiente, através de uma portaria, dispor o seguinte: *“Por danos significativos no ambiente e acção especialmente perigosa deve entender-se, no âmbito do citado art.41.º, n.º1, qualquer acção que cause ou possa causar lesões irreversíveis nos ecossistemas ou que ponha em perigo vidas humanas”*. Diga qual a validade interpretativa deste acto do Secretário de Estado do Ambiente?

XVII. Qualifique os modos de cessação da vigência das normas jurídicas presentes nos seguintes exemplos:

- 1) Art.60.º, n.º1, da Lei n.º6/2006, de 27 de Fevereiro: “É revogado o RAU, aprovado pelo Decreto-Lei n.º321-B/90, de 15 de Outubro, com todas as alterações subsequentes, salvo nas matérias a que se referem os artigos 26.º e 28.º da presente lei”.
- 2) Art.3.º do Decreto-Lei n.º391/99, de 16 de Setembro: “O regime estabelecido no presente diploma vigorará entre o dia 12 de Janeiro de 1999, data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º418-B/98, de 31 de Dezembro, e o momento do encerramento da liquidação da sociedade PORTO 2001, S.A.”.
- 3) Arts.2.º, n.º2 da Lei n.º119/99, de 11 de Agosto (“Os exames médicos a praticantes [*desportivos*] são realizados por especialistas ou por médicos credenciados para o efeito, nas áreas em que subsista a insuficiência daqueles”) e 5.º, n.º1, do Decreto-Lei n.º345/99, de 27 de Agosto (“Os praticantes desportivos que não estejam abrangidos pelo regime de alta competição devem ser submetidos a exames de avaliação médico-desportiva geral, visando detectar a existência ou não de contra-indicações, com ou sem restrições, para a prática desportiva”).

XVIII. A 7 de Outubro de 2003, o legislador português aprovou, por Decreto-Lei, o novo regime jurídico da Propriedade Horizontal, que passou desde então a constar de diploma autónomo. Este novo regime jurídico reúne todas as questões que eram anteriormente disciplinadas pelos artigos 1414.º a 1438.º-A do Código Civil e por todas aquelas que constavam dos Decretos-Leis n.ºs 268/94 e 269/94, ambos de 25 de Outubro. Foi incluída, no novo Decreto-Lei, uma norma revogatória de todos artigos dos diplomas referidos. Qualifique o tipo de revogação ocorrido na situação hipotética descrita.

XIX. Suponha que uma Lei (**W**), publicada em 10/01/2001, dispõe: “*O senhorio pode pôr fim ao contrato de arrendamento sempre que o arrendatário dê hospedagem a mais de três pessoas*”. Uma outra Lei (**X**), publicada em 30/03/2002, estatui: “Artigo 1.º: *O locador só pode*

cessar o contrato de locação desde que ocorra um dos seguintes factos: a) falta de pagamento pontual das prestações a cargo do locatário; b) destinação da coisa locada a fins ilícitos ou imorais; c) sub-locação não autorizada pelo locador. Artigo 2.º: Esta disposição é aplicável ao contrato de arrendamento urbano. Artigo 3.º: Esta lei entra em vigor 10 dias após a sua publicação”. Uma Lei (Y) entrada em vigor no dia 01/10/2004 vem por seu lado estabelecer: “Qualquer das partes pode, desde que ocorra justa causa, pôr fim ao contrato de arrendamento”. Suponha, finalmente, que uma Lei (Z) publicada em 04/12/2007 estatui: “O senhorio pode, independentemente da ocorrência de justa causa, pôr fim ao contrato de arrendamento, desde que o faça com pré-aviso de um mês ao arrendatário. Esta norma entra em vigor imediatamente após a sua publicação”.

- 1) Qual a data da entrada em vigor das leis W, X, Y e Z?
- 2) Que efeitos produzem cada uma das leis relativamente às anteriores?
- 3) Suponha que a Lei Z é declarada inconstitucional com força obrigatória geral pelo Tribunal Constitucional, por ofender o direito à habitação, consignado no art.65.º pela nossa lei fundamental. Quais as consequências dessa declaração de inconstitucionalidade e qual será a sua influência relativamente à vigência das demais leis?
- 4) Diga o que entende por uma lei repristinatória.

XX. A 23 de Outubro de 1990 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º330/90, que aprova o Código da Publicidade. Nada é expressamente dito sobre a respectiva entrada em vigor. Do art.17.º deste diploma constam as seguintes normas:

Artigo 17.º

Publicidade relativa a menores

1 - As comunicações comerciais e a publicidade de quaisquer eventos em que participem menores, designadamente actividades desportivas, culturais, recreativas ou outras, não devem exhibir ou fazer qualquer menção, implícita ou explícita, a marca ou marcas de bebidas alcoólicas.

2 - Nos locais onde decorram os eventos referidos no número anterior não podem ser exibidas ou de alguma forma publicitadas marcas de bebidas alcoólicas.

No Diário da República de 28 de Novembro de 1990 é publicado o Decreto-Lei n.º355/90, do qual constam os seguintes artigos:

Artigo 3.º

Venda de bebidas alcoólicas

1 - É lícita a venda de bebidas alcoólicas em quaisquer recintos onde se realizem actividades desportivas, culturais ou outras, desde que devidamente autorizada nos termos do artigo seguinte.

2 - Como forma de promover a venda a que se refere o número anterior, é permitida a exibição de publicidade relativa a bebidas alcoólicas.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

1) Qual a data de entrada em vigor dos referidos diplomas?

2) Qual o efeito do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º355/90 sobre a legislação anterior?

XXI. Indique, justificando, qual é a data da entrada em vigor dos seguintes diplomas legais publicados em Diário da República:

- 1) Decreto-Lei n.º52/2009, de 2 de Março, disponibilizado *online* no mesmo dia no sítio da *Internet* gerido pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A., que determina no art.5.º: “O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação”.
- 2) Lei n.º9/2009, de 4 de Março, disponibilizada *online* no mesmo dia no sítio da *Internet* gerido pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A., que nada determina sobre a sua entrada em vigor.
- 3) Decreto-Lei n.º59/2009, de 4 de Março, disponibilizado *online* no mesmo dia no sítio da *Internet* gerido pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda,

S.A., que no art.2.º determina: “O presente decreto-lei produz efeitos a 31 de Dezembro de 2008”.

- 4) Decreto-Lei n.º62/2009, de 10 de Março, disponibilizado *online* no mesmo dia no sítio da *Internet* gerido pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A., que determina no art.2.º: “O presente decreto-lei entra em vigor no prazo de 60 dias a contar da sua publicação”.

XXII. Enraizou-se em determinadas Universidades Portuguesas o hábito de festejar violentamente o acolhimento dos novos estudantes. Por ocasião do acolhimento de mais um grupo de estudantes do primeiro ano da Universidade de Chelas – Zona J, e em consequência das habituais praxes, um dos alunos ficou gravemente ferido. Este aluno acabou por apresentar uma queixa em tribunal contra os seus agressores, que tentaram desculpar-se invocando a existência de um costume, comum a várias Universidades, que tomaria lícito o seu comportamento e apresentaram um rol de testemunhas que declararam:

- a) Ser prática habitual naquela Universidade festejar daquela forma a chegada de novos “caloiros”, sendo comum que tais festejos se tornem algo violentos;
- b) Que tal prática tornava mais fácil a integração dos novos alunos no meio universitário, promovendo o “espírito académico” e tornando possível o começo de novas amizades entre “caloiros” e “veteranos”;
- c) Haver a convicção generalizada da licitude daquele comportamento.

Aprecie, do ponto de vista jurídico, a situação descrita.

XXIII. No dia 10 de Outubro de 2011, **Matumbino (M)**, cidadão português, intentou em Portugal uma acção judicial em que pedia a condenação da **República da União de Myanmar** ao pagamento de 100.000,00 euros a título de indemnização, em virtude da distribuição pelos órgãos de comunicação social portugueses de uma nota oficiosa da Embaixada em Lisboa através da qual era falsamente acusado de actos de espionagem e de terrorismo a favor do regresso político de **Aung San Suu Kyi**. Na contestação, a República da União de **Myanmar** alega que não pode ser condenada pelos tribunais portugueses, para o que invoca o costume internacional segundo o qual os

Estados estrangeiros gozam de imunidade de jurisdição. Procederá tal argumentação?

XXIV. Através de contrato celebrado em 22 de Junho de 2010, **Gertrudes (G)** arrendou a **Clotilde (C)** a fachada de um edifício de que é proprietária, com a finalidade de afixação de publicidade. Quanto à renda, apenas convencionaram que seria de 500,00 euros mensais. Num pleito judicial em que são partes, **G** argumenta que, nos termos do art.1039.º, n.º1, do Código Civil, as rendas a que dizem respeito as facturas que ia apresentando à locatária devem ser pagas no último dia do respectivo mês, mas **C** invoca que, no sector de actividade em causa, existe a prática de a obrigação de pagamento do valor facturado se vencer apenas trinta dias após o período a que respeita - e, por isso, pagou sempre atempadamente a locação. Terá **G** direito à indemnização por mora no cumprimento da obrigação de pagamento da renda, conforme pede em juízo?

XXV. Tendo sido submetida à apreciação dos nossos tribunais uma série infundável de casos relativos à cessação dos contratos de arrendamento, formou-se a partir de certa altura uma prática constante no sentido de resolver esses casos sempre no mesmo sentido. Ao mesmo tempo, assistiu-se ao enraizamento no espírito dos juízes da convicção jurídica da obrigatoriedade da orientação seguida pelos tribunais naquela matéria. Esta convicção não se propagou à generalidade das pessoas. **Humberto (H)**, descontente com uma sentença que se desviou da prática até ali seguida pelos tribunais em matéria de arrendamento, pretende saber se pode interpor recurso, pois, em seu entender, a sentença que decidiu o caso no qual **H** é parte desrespeita a orientação até ali seguida.

- 1) Aprecie juridicamente a situação descrita.
- 2) Imagine que, em momento anterior à interposição do recurso por **H**, era publicado um Acórdão Uniformizador de Jurisprudência em que o plenário das secções cíveis do Supremo Tribunal de Justiça aderira à orientação geral da maioria dos tribunais na situação descrita. A solução que defendeu na questão anterior manter-se-ia a mesma?

- 3) Sendo a questão realmente de grande interesse, e tendo sido amplamente divulgadas as dúvidas relativas à solução dos casos de cessação dos contratos de arrendamento, foi publicado um despacho ministerial no qual se estabelecia o alcance e o significado das disposições relativas ao contrato de arrendamento constantes da legislação nacional, aprovada por Decreto-lei. Aprecie a validade e o alcance do referido despacho.

XXVI. Suponha que se generalizou na jurisprudência portuguesa a prática de interpretar o art.1346.º do CC, no que se refere à emissão de ruído, no sentido de abranger, quer as situações em que a actividade do lesante seja perturbadora (como é o caso das discotecas barulhentas instaladas num condomínio habitacional), quer as situações em que a actividade do lesante não seja estruturalmente lesiva dos direitos de terceiros, mas a forma como é exercida facilite ou permita a lesão desses direitos (como é o caso dos Ginásios e Spas em condomínios habitacionais onde os utentes se excedem nas entradas e saídas de prédios). Suponha que esta orientação não tem encontrado oposição entre os tribunais portugueses. **Atanásio (A)** é dono do Spa “**BALI SOUNDS ZEN**”, instalado no condomínio habitacional “**SOLAR DO MARQUÊS**”. Devido ao barulho resultante das constantes entradas e saídas dos utentes, os vizinhos de **A** intentaram contra ele uma acção em Tribunal com o objectivo de conseguir o encerramento do referido Spa. **A** anda muito preocupado, porque teme que o juiz o obrigue a fechar as portas do seu “**BALI SOUNDS ZEN**”, pretendendo, por isso, saber se a referida interpretação do art.1346.º do CC é vinculativa, ou se ainda poderá ter esperanças em manter aberto o seu Spa. *Quid juris?*

XXVII. No dia 15 de Abril de 2009, **Salomão (S)** intentou contra **Cilénia (C)**, no Tribunal Judicial da Comarca de Benavente, uma acção declarativa de condenação. Através de sentença de 30 de Maio de 2011, **C** foi absolvida do pedido. Inconformado, **S** pretende recorrer da decisão, pois acha que ela é contrária ao direito nacional, visto que:

- a) por um lado, contraria vários acórdãos de um Tribunal da Relação;

- b) por outro lado, contraria todos os autores nacionais que escreveram sobre o assunto em causa.

Quid juris?

XXVIII. A codificação, dizem alguns, formaliza e rigidifica o Direito.

- 1) Concorda com esta afirmação? Justifique.
- 2) Identifique as vantagens e as desvantagens da codificação.
- 3) Explique se as “Ordenações Afonsinas”, “Ordenações Manuelinas” e as “Ordenações Filipinas” se podem considerar verdadeiros códigos.
- 4) Identifique as características que um “código” deve obedecer para se considerar um verdadeiro código.

Grupo V – A Norma Jurídica

I. “Quem que com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa” (art.203.º, n.º1, do Código Penal).

- 1) Analise a estrutura da norma jurídica em causa.
- 2) Explique as características da norma jurídica constantes do artigo transcrito.
- 3) Analise o conteúdo da norma.
- 4) Poderemos afirmar que estamos perante uma norma preceptiva? Justifique.
- 5) Classifique a norma quanto à estrutura.
- 6) Diga se a norma quanto ao âmbito de aplicação é regional. Justifique.
- 7) Classifique a sanção aplicável pela norma.

II. Identifique, justificando, a previsão e a estatuição das seguintes normas jurídicas:

- 1) “Quem matar outra pessoa é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos” (art.131.º do Código Penal).
- 2) “São nulos os actos a que falte qualquer dos elementos essenciais ou para os quais a lei comine expressamente essa forma de invalidade” (art.133.º, n.º1, do Código do Procedimento Administrativo).

- 3) “O credor incorre em mora quando, sem motivo justificado, não aceita a prestação que lhe é oferecida nos termos legais ou não pratica os actos necessários ao cumprimento da obrigação” (art.813.º do Código Civil).
- 4) “Quem praticar acto sexual de relevo com pessoa inconsciente ou incapaz, por outro motivo, de opor resistência, aproveitando-se do seu estado ou incapacidade, é punido com pena de prisão de 1 a 10 anos” (art.165, n.º1, do Código Penal).
- 5) “A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional” (art.44.º, n.º1, da CRP).
- 6) “A lei determina os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, bem como as sanções aplicáveis e os respectivos efeitos, que podem incluir a destituição do cargo ou a perda do mandato” (art.117.º, n.º3, da CRP).
- 7) “Podem requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade de qualquer norma constante de decreto que tenha sido enviado ao Presidente da República para promulgação como lei orgânica, além deste, o Primeiro-Ministro ou um quinto dos Deputados à Assembleia da República em efectividade de funções” (art.278.º, n.º4, da CRP).
- 8) “Salvo disposição em contrário, os menores carecem de capacidade para o exercício de direitos” (art.123.º do CC).
- 9) “As pessoas podem ser sujeitos de quaisquer relações jurídicas, salvo disposição legal em contrário; nisto consiste a sua capacidade jurídica” (art.67.º do CC).
- 10) “Não há confusão, se o crédito e a dívida pertencem a patrimónios separados” (art.872.º, n.º1, do CC).

III. Proceda à classificação das seguintes normas jurídicas:

- a) A norma do art.69.º do CC (Renúncia à capacidade jurídica).
- b) A norma do n.º1 do art.80.º do CC (Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada).
- c) A norma do art.1672.º do CC (Deveres dos cônjuges).

- d) A norma do n.º2 do art.160.º do CC (Capacidade das pessoas colectivas).
- e) A norma do n.º2 do art.410.º em relação à norma do art.219.º do CC (Liberdade de forma).
- f) O art.255.º do CC (Coacção moral).
- g) O art.414.º do CC (Pacto de Preferência).
- h) Um artigo de um Decreto Legislativo Regional, que adapta para a Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo à instalação e funcionamento de empreendimentos jurídicos, em que se diz o seguinte: “Os hotéis, hotéis-apartamentos, estalagens e pensões integram um mínimo de 10 unidades de alojamento”.
- i) A norma do n.º1 do art.448.º do CC (Revogação pelos contraentes do contrato a favor de terceiro).
- j) As normas dos n.ºs1 e 2 do art.452.º do CC (Noção de contrato para pessoa a nomear).
- k) A norma do n.º1 do art.66.º do Regime do Arrendamento Urbano – RAU - (Caducidade).
- l) A norma do art.144.º do CC (Exercício do poder paternal nos casos de interdição).
- m) Um artigo de uma postura municipal em que se proíba a circulação de canídeo nos parques infantis, áreas ajardinadas, relvados e outros espaços similares utilizados por crianças e adultos.
- n) A norma do art.754.º do CC (Direito de retenção).
- o) A norma do art.767.º do CC (Cumprimento das obrigações – Quem pode fazer a prestação).
- p) A norma do n.º 1 do art.772.º do CC (Lugar da prestação).
- q) A norma do art.1303.º do CC (Propriedade Intelectual).
- r) A norma do art.1305.º do CC (Conteúdo do direito de propriedade).
- s) A norma do art.1601.º do CC (Casamento Civil – Impedimentos dirimentes absolutos).
- t) A norma do art.1651.º do CC (Casamentos sujeitos a registo).
- u) A norma do n.º1 do art.1778.º-A do CC (Divórcio decretado pelo conservador).
- v) A norma do art.2181.º do CC (Testamento de mão comum).

- w) Um artigo de uma postura municipal que obrigue ao registo, na Junta de Freguesia respectiva, de cães com quadro ou mais meses de idade e cujos proprietários residam na área de um determinado concelho.
- x) O art.3.º da Lei n.º7/2001, de 11 de Maio (Medidas de protecção das uniões de facto), em que se consagra um elenco de direitos das pessoas que vivem em união de facto nas condições da referida lei.
- y) O art.1153.º do CC (Regime do contrato de trabalho).
- z) O art.1156.º do CC (Extensão do regime do mandato).

IV. Classifique, segundo a função que desempenham, as sanções presentes nos exemplos seguintes, justificando:

- a) Em cumprimento de decisão judicial, **Albano** destruiu um barracão que construía num terreno de **Alda**.
- b) O tribunal apreendeu e entregou a **Carminda** um automóvel que **Barnabé** lhe vendera mas que recusara entregar-lhe.
- c) **Acácio**, que partira os vidros das janelas da casa de **Domitília**, foi condenado judicialmente a repô-los.
- d) **Fortunato**, proprietário de uma pastelaria, deveria ter servido o copo de água do casamento de **Juliano** e de **Lucreédio**, como não o fez, foi judicialmente condenado a pagar os danos que isso causou aos noivos.
- e) **Mavilde** foi condenada a 19 anos de prisão por ter matado o seu marido **Natércio**.
- f) **Olegário**, professor numa instituição pública de ensino, foi demitido pelo Ministro da Educação e Ciência por ter falsificado as classificações de filhos de amigos.
- g) **Pascoal** foi condenado ao pagamento de uma coima de 1.000,00 euros por não possuir livro de reclamações no seu estabelecimento comercial.
- h) Não tendo procedido ao pagamento de uma das prestações a que se obrigara ao abrigo de um contrato de mútuo, **Quirino** foi condenado judicialmente a pagar as prestações seguintes.
- i) **Raimundo** foi condenado pelo tribunal a pagar à sua senhoria **Simone** 100,00 euros por cada dia que passe sem usar o imóvel que lhe foi arrendado.

- j) **Natércia** partiu um jarrão, peça única, a **Catarina**. Como **Natércia** não pode adquirir outro jarrão igual para entregar a Catarina, o tribunal estabeleceu o equivalente em dinheiro, que **Natércia** entregará a **Catarina**.
- k) **Artur** atropelou **Berta**, provocando-lhe diversas fracturas e hematomas. Enquanto responsável pelo acidente, o tribunal condenou **Artur** ao pagamento de uma quantia avultada a **Berta** pelos danos morais e sofrimentos de que esta foi vítima.
- l) **João**, aluno do 6.º ano de escolaridade na Escola de Moimenta da Beira, foi suspenso da Escola por um período de 15 dias úteis.
- m) **Léria** furtou de um supermercado um pacote de gomas para oferecer ao seu filho, **Elvino**, como prenda de aniversário. O tribunal decretou a **Léria** o pagamento de uma multa de 25 euros ao proprietário do estabelecimento.
- n) **Valquíria**, enfermeira, foi repreendida pela sua entidade empregadora por se apresentar diariamente no seu posto de trabalho com odores corporais fétidos incompatíveis com as suas funções.

Grupo VI – A Interpretação, a Integração e a Aplicação do Direito

I. A prática do Direito impõe, para além do conhecimento da lei, a sua aplicação a cada caso concreto. Para tal, são necessárias duas operações fundamentais: a interpretação e a integração.

- 1) Explique por que é a interpretação da lei é sempre necessária.
- 2) Refira a importância da interpretação literal e da interpretação lógica.
- 3) Mencione a função da análise dos elementos histórico, teleológico, sistemático e conjuntural na interpretação da lei.
- 4) Distinga interpretação declarativa de interpretação restritiva e de interpretação extensiva. Exemplifique.
- 5) Suponha que determinada lei, antes de 1974, declarava: “o casamento é indissolúvel”, e que na sua interpretação se considerou que o casamento era dissolúvel apenas pelo divórcio. Explique o resultado da interpretação a que chegou o intérprete.

- 6) Identifique e explique os processos a que o intérprete pode recorrer para fazer a integração da lei.
- 7) Distinga analogia *legis* de analogia *juris*.
- 8) Indique os casos em que não é possível a aplicação analógica.

II. O Ministro da Administração Interna proferiu um despacho normativo, publicado no Diário da República, através do qual procedeu à interpretação de um Decreto-lei, determinando que “o teor do presente despacho integra-se no referido diploma, dele passando a fazer parte”. O que se lhe oferece dizer sobre tal despacho normativo?

III. Suponha que um preceito do Código Civil estabelece: “*Cada um dos cônjuges carece de autorização do outro para a prática de actos de administração dos bens comuns*”. **Alfredo (A)**, casado com **Benilde (B)** em regime de comunhão de adquiridos, pretende, sem o consentimento de sua mulher, vender uma mobília de estilo que esta havia recebido por herança ainda em solteira, sustentando não ficar abrangido pela norma em causa, já que nem o bem é comum, nem ele pretende administrá-lo. Aprecie a argumentação de **A**.

IV. No dia 26 de Maio de 2011, **Ulisses (U)** intentou no Tribunal Judicial da Comarca de Portimão uma acção declarativa de condenação contra **Cipriana (C)**. Instruindo a petição inicial, e com o objectivo de provar o crédito que alegava, **U** juntou uma carta escrita por **C** em que esta reconhecia a existência da dívida. Na contestação que apresentou, **C** argumenta que a dita carta nunca poderia servir como prova, pois segundo o art.362.º do Código Civil: “Prova documental é a que resulta de documento; diz-se documento qualquer objecto elaborado pelo homem com o fim de reproduzir ou representar uma pessoa, coisa ou facto” e, na verdade, a carta em questão foi elaborada por uma mulher. Logo, não obedece a um dos requisitos da noção de documento apresentada na lei – a elaboração por “homem” e não por mulher. Procederá essa argumentação de **C**?

V. Imagine que o legislador, no âmbito da sua política de protecção à infância, cria a seguinte disposição: “*As mães solteiras beneficiam de uma redução de 50% no seu horário de trabalho nos 24 meses subsequentes ao parto*”. António, viúvo, e pai de uma criança de 15 dias deseja obter uma idêntica redução. *Quid juris?*

VI. No dia 15 de Setembro de 2006, **Anastácia (A)** e **Urbino (U)**, irmãos, solteiros e sem descendentes ou ascendentes, fizeram em comum um testamento através do qual a primeira instituiu como sua única herdeira a sua grande amiga **Eleutéria (E)** e o segundo fez o mesmo em relação a **Pompeu (P)**. Após o falecimento de **U**, ocorrido em 11 de Setembro de 2011, discute-se num pleito judicial a validade de tal testamento. Nessa sede, **P** argumenta que o art.2181.º do Código Civil (“*Não podem testar no mesmo acto duas ou mais pessoas, quer em proveito recíproco, quer em favor de terceiro*”) não proíbe o testamento feito pelos dois irmãos, uma vez que estes não testaram em favor de um terceiro, mas cada um testou em proveito de pessoas diferentes. *Quid juris?*

VII. Como medida de incentivo ao repovoamento dos centros históricos e de dinamização das zonas de comércio tradicional, o Governo aprovou, recentemente, um Decreto-Lei contendo um preceito legal que refere:

Artigo.24.º

(Centros Históricos das Cidades)

“1 - *Serão reservados fogos nos centros históricos das cidades para compra por jovens até 30 anos, desde que os mesmos se destinem a habitação própria.*

2 - *As aquisições referidas no número anterior podem beneficiar de empréstimos com uma taxa de juro bonificada.”*

- a) **Joana (J)** tem 22 anos e reside em Lisboa, em casa dos seus pais. Pretende, agora, adquirir um apartamento no centro histórico de Faro, beneficiando das condições referidas no artigo. Considera que o mesmo lhe será aplicável?

- b) Imagine que **J** pretende adquirir o imóvel, no centro histórico de Faro, através de um empréstimo bancário que será pago, na íntegra, pelos seus pais. O art.24.º ainda lhe será aplicável?
- c) Os pais de **J** decidiram comprar-lhe o apartamento a pronto pagamento, dado os elevados juros que ficariam a pagar pelo empréstimo, e fazer-lhe a escritura em seu nome. **J** recebeu uma proposta de trabalho irrecusável em Lisboa, aceitando-a de imediato. Assim, o apartamento destinar-se-á à habitação de **J**, na eventualidade desta ir, um dia, trabalhar em Faro, mas será temporariamente usado por toda a família como residência de férias. Poderá **J** beneficiar das condições estabelecidas pelo art.24.º?

VIII. Considere o disposto no n.º1 do artigo 1826.º do Código Civil (“*Presume-se que o filho nascido ou concebido na constância do matrimónio da mãe tem como pai o marido da mãe*”). **João Mota (JM)** nasceu durante a constância do matrimónio de **Etelvino (E)** e **Blimunda (B)**, mas encontrando-se o casal separado de facto. Havendo sido pedido um parecer sobre esta questão a um eminente jurista, este esclarece que a presunção em causa só tem aplicação nos casos em que haja separação de facto, na medida em que se presume a filiação relativamente ao pai apenas nos casos em que exista efectivamente comunhão de vida no momento do nascimento ou da concepção. Deverá **E** ser considerado o pai de **JM**?

IX. Em 8 de Janeiro de 2011, **Cátia (C)** vendeu a **Palhinha (P)** um apartamento de que era proprietária, sito no centro da capital lisboeta, pelo preço de 50.000,00 euros. Em 22 de Fevereiro, **C** intentou uma acção judicial contra o adquirente, pedindo a anulação do contrato com fundamento em usura (art.282.º, n.º1, do Código Civil), dado que **P** aproveitara o seu estado mental de enorme alegria (por ter acabado de fechar um importante contrato de atriz para a série televisiva “Morangos sem Açúcar e sem Sabor”) para conseguir que o preço acordado fosse bastante mais baixo do que o valor de mercado do imóvel. **P** contestou a acção, defendendo que a referência do art.282.º, n.º1, do CC ao “estado mental” não comporta os estados mentais positivos. *Quid juris?*

X. No dia 28 de Agosto de 1992, **Sebastião (S)** e **Carmélio (C)** celebraram um contrato de trabalho segundo o qual o último exerceria na empresa do primeiro as funções marceneiro. Em 27 de Junho de 2008, **S** aplicou a **C**, por carta registada com aviso de recepção, a pena disciplinar de 10 dias de suspensão (com perda do correspondente vencimento). No dia 24 de Dezembro de 2009, o referido contrato cessou por resolução exercida pelo trabalhador e, volvido um mês, **C** intentou contra **S**, no Tribunal do Trabalho competente, uma acção judicial a impugnar a sanção que lhe fora aplicada e a pedir uma indemnização pelos danos causados. Sabendo que não existe no ordenamento jurídico português qualquer norma sobre o prazo de impugnação das sanções disciplinares laborais diferentes do despedimento (como é o caso da sanção de suspensão), como irá decidir o Tribunal?

XI. Florêncio (F) entrou sem autorização na garagem da casa de **Prudêncio (P)**, apoderando-se de um automóvel. Duas semanas mais tarde, arrependido, devolveu o veículo ao proprietário, embora com algumas amolgadelas. **P** procedeu a uma queixa criminal pelos factos descritos e um ano mais tarde, em sede de julgamento, **F** foi condenado pela prática de crime de furto. Porém, o juiz atenuou especialmente a pena, nos termos do art.206.º, n.º3, do Código Penal, que prevê tal possibilidade se ocorrer uma restituição parcial da coisa furtada até ao início da audiência de julgamento em 1.ª instância. Na sentença, admitia-se que se verificara uma restituição da coisa inteira (embora com perda de qualidades), e não uma restituição parcial como prescreve a lei, mas consideraram-se as situações equivalentes. **P** (enquanto assistente no processo penal) pretende recorrer da decisão, com fundamento em que houve uma aplicação analógica da lei penal, o que é proibido no nosso ordenamento jurídico. Terá **P** razão?

XII. Foi disponibilizada no sítio da Internet da Imprensa Nacional - Casa da Moeda uma lei que determinava, no respectivo art.4.º, a elevação da taxa do IVA para 40% no que diz respeito à “venda de bebidas açucaradas”. Segundo uma circular assinada por um responsável da Autoridade Tributária, a nova taxa deve aplicar-se à venda de “bolos, gelados, rebuçados, chocolates e

produtos similares, uma vez que a razão da lei também os abrange: penalizar o consumo de alimentos que prejudiquem a saúde”. *Quid juris?*

XIII. Em Maio de 2010, **Elisa (E)** vendeu uma gargantilha de ouro a **Humberto (H)**, para este utilizar nos seus *shows* de transformismo. Dois meses mais tarde, **E** arrependeu-se e, com o objectivo de reaver a jóia, pediu em tribunal a declaração de nulidade da venda (art.220.º do Código Civil), pois, na sua opinião, deveria ter sido celebrada por escritura pública ou por documento particular autenticado. Apesar de o art.875.º do Código Civil apenas exigir essa forma para as vendas de coisas imóveis, **E** alega que a gargantilha é mais valiosa do que muitos bens imóveis (o que até corresponde à verdade) e, por isso, a referida norma é aplicável ao caso. Acha que a venda deverá ser declarada nula?

XIV. **Ana (A)** arrendou a **Berta (B)**, em Março de 1999 e pelo valor mensal de 100,00 euros, uma fracção de um prédio urbano para que **B** o utilizasse como o seu escritório de advocacia. Em Janeiro de 2000 entra em vigor uma nova lei que determina: a) que os imóveis urbanos com aquelas características só podem ser arrendados para habitação; b) que o valor mínimo da renda para imóveis com aquelas características é de 150,00 euros. *Quid juris?*

XV. Segundo a lei antiga, no caso de atraso no pagamento das rendas, o locador tinha o direito a exigir, além das rendas em atraso, uma indemnização igual ao dobro das mesmas. Com a entrada em vigor de uma nova lei em Janeiro de 2011, o locador passa a ter direito apenas às rendas em atraso acrescidas de 50% do seu valor. Que indemnização pode exigir um senhorio ao seu locatário, relativamente às rendas que já estavam em atraso de Outubro de 2010 a Março de 2011, de um contrato de arrendamento com uma renda mensal de 800,00 euros?

XVI. **Carlos (C)** e **Diogo (D)** celebraram em 2004, um contrato de empréstimo por escrito particular, segundo a lei vigente ao tempo. Posteriormente, surgiu uma nova lei que exige, naquelas circunstâncias, que aquele tipo de contrato seja efectuado mediante escritura pública. Será o contrato entre **C** e **D** inválido?

XVII. Uma lei nova passa a exigir como idade mínima para casamento 18 anos. Os casamentos realizados anteriormente por pessoas com 16 anos (idade exigida na anterior lei) continuam válidos?

XVIII. Em 1977, uma lei nova veio alterar regime de administração de bens do casal. Dever-se-ia esta nova lei aplicar-se aos casamentos efectuados anteriormente a 1977?

XIX. Uma lei antiga mandava repartir as despesas de conservação das partes comuns de uma propriedade horizontal, de acordo com o valor das fracções. Suponha que uma lei nova, em Maio 2008, veio estabelecer o critério de repartição conforme a utilidade retirada das partes comuns, proibindo cláusulas em contrário. Que lei se deverá aplicar aos proprietários que adquiriram a sua fracção antes de Maio 2008? Justifique.

XX. Uma lei permitia que as pessoas, independentemente do número de filhos, dispusessem livremente de metade do seu património. Suponha que **Fernando (F)** fez, em 1964, um testamento atribuindo metade dos seus bens a uma instituição de caridade. Posteriormente, entrou em vigor uma lei, garantindo o direito dos filhos herdarem dois terços do valor total da herança. Em 2006, **F** morreu. O testamento será aplicado de acordo com a vontade do autor? Justifique.

XXI. No dia 1 de Dezembro de 2008, **Daniela (D)** emprestou a **Zeferino (Z)** a quantia de 15.000,00 euros, tendo sido convencionado o seu pagamento em vinte e quatro prestações mensais, a uma taxa de juro de 5%. Suponha que em 31 de Maio de 2009 entrou em vigor um diploma legal que fixou em 4% a taxa de juro máxima respeitante ao mútuo civil, determinando que tal seria aplicável aos contratos celebrados anteriormente e ainda em execução. **Z** pretende que **D** lhe restitua aquilo que já pagou a título de juros e que ultrapasse a taxa de 4%, uma vez que a nova lei é retroactiva. Terá razão?

XXII. No dia 9 de Junho de 2008, **Bebiana (B)** doou a **Maurício (M)** uma moradia de que era proprietário. O negócio foi formalizado por documento particular autenticado. Em 26 de Fevereiro de 2010, **B** intentou uma acção judicial pedindo a declaração de nulidade do contrato, uma vez que à data da respectiva celebração o art.947.º, n.º1, do Código Civil exigia escritura pública para a doação de coisas imóveis. **M** contestou, alegando que, entretanto, o art.4.º do Decreto-lei n.º116/2008, de 4 de Julho, alterou aquele preceito, conferindo-lhe a seguinte redacção: “*Sem prejuízo do disposto em lei especial, a doação de coisas imóveis só é válida se for celebrada por escritura pública ou por documento particular autenticado*”; consequentemente, como o referido art.4.º entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009 (nos termos do art.36.º, n.º2, al.b), do Decreto-lei n.º116/2008), no momento da propositura da acção o negócio já seria válido, o que impediria a procedência do pedido formulado por **B**. *Quid juris?*

XXIII. Em 1 de Março de 1993, a “**Secret Magic, Lda.**” celebrou um contrato de trabalho com **Idalécio (I)**. Em 31 de Outubro de 2003, **I** foi aposentado por velhice, com conhecimento de ambos os contraentes, mas permaneceu ao serviço da entidade empregadora até 31 de Dezembro de 2010. Em 1 de Fevereiro de 2011, **I** propôs no Tribunal do Trabalho Coima uma acção de condenação contra a “**Secret Magic, Lda.**”, alegando que, até 2002, lhe eram devidos 3.000,00 euros a título de diuturnidades. Em sede desse litígio, a “**Secret Magic, Lda.**” argumenta que é aplicável à situação o art.5.º do Decreto-lei n.º64-A/89, de 27 de Fevereiro (em vigor ao tempo dos factos geradores do direito a diuturnidades), segundo o qual, com a aposentação por velhice, a permanência do trabalhador ao serviço implica um novo contrato, sujeito a termo resolutivo. Desse modo, o contrato inicial teria cessado há 7 anos e já teria decorrido o prazo de prescrição dos créditos provenientes da relação laboral (um ano após a cessação do contrato - art.337.º, n.º1, do Código do Trabalho), prescrevendo o direito a exigir as diuturnidades. Sabendo que:

- a) Segundo o art.348.º do Código do Trabalho, quando o trabalhador permaneça ao serviço 30 dias depois do conhecimento por ambas as partes da sua aposentação por velhice, o contrato não cessa mas apenas se converte em contrato a termo resolutivo.

- b) A interpretação do art.5.º do Decreto-lei n.º64-A/89, de 27 de Fevereiro, propugnada pela “**Secret Magic, Lda.**” estava longe de ser pacífica, havendo outra corrente doutrinal e jurisprudencial que entendia que já ao abrigo desse regime o contrato não cessava mas apenas se convertia em contrato de trabalho sem termo, como veio a ser consagrado pelo art.348.º do Código do Trabalho.
- c) O Tribunal do Trabalho de Coima proferiu uma sentença em que qualificou o art.348.º do Código do Trabalho como lei interpretativa e, com base nisso, interpretou o referido art.5.º do Decreto-lei n.º64-A/89 no sentido de o contrato de trabalho só ter cessado em 31 de Dezembro de 2010 (e assim ainda não ter decorrido o prazo de prescrição dos créditos provenientes da relação laboral).

Procederá o recurso que a “**Secret Magic, Lda.**” interpôs dessa decisão, alegando que se procedeu a uma inadmissível aplicação retroactiva do art.348.º do Código do Trabalho?

XXIV. Abel (A), em 1995, praticou uma conduta punível com pena de prisão até um ano. Foi julgado em 2002, quando a mesma conduta era punível, desde 1998, com pena de prisão até dois anos. Qual a pena máxima que lhe poderá ter sido aplicada?

XXV. Bernardo (B), em 1998, praticou uma conduta punível com pena de prisão até um ano. Suponha que agora, estando a decorrer o julgamento, a conduta em causa passou a ser punida com pena de prisão até seis meses. O Ministério Público pediu que se aplicasse uma pena de um ano de prisão. Comente.

XXVI. Em 10 de Janeiro de 2000, **Caetano (C)** pratica um facto que, na data, não era considerado punível pelo Direito Penal. No dia 20 de Novembro do mesmo ano, enquanto decorriam investigações relativas ao facto praticado, surge uma lei nova que considera tal facto como sendo susceptível de enquadrar um crime punível com pena de prisão até 3 anos. *Quid juris?*

XXVII. Frederico (F), foi condenado em 2002, a cumprir uma pena de prisão de cinco anos, pela prática em 2000, de determinada conduta. Suponha que uma nova lei, em 2004, deixou de qualificar aquela conduta como crime. Comente.

XXVIII. Em Maio de 1995, **Dulcineia (D)** requereu à **Câmara Municipal da Lourinhã** que fosse emitido um alvará de licença de construção relativo a um prédio rústico de que é proprietário. Tal pedido veio a ser deferido. Em aplicação do art.2.º, n.º1, do Regulamento da Contribuição Especial, anexo ao Decreto-Lei n.º43/98, de 3 de Março, o serviço de finanças competente liquidou o valor de 5.000,00 euros a título de Contribuição Especial, incidente sobre a valorização do referido prédio entre Janeiro de 1992 e Maio de 1996. Do supracitado Regulamento, transcreve-se o seguinte:

Artigo 1.º

(Incidência)

2 - A contribuição especial incide ainda sobre o aumento de valor dos terrenos para construção e das áreas resultantes da demolição de prédios urbanos já existentes situados nas áreas referidas no número anterior.

Artigo 2.º

(Valor Sujeito a Contribuição)

1 - Constitui valor sujeito a contribuição a diferença entre o valor do prédio à data em que for requerido o licenciamento de construção ou de obra e o seu valor à data de 1 de Janeiro de 1992, corrigido por aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da portaria a que se refere o artigo 43.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, correspondendo, para o efeito, à data de aquisição a data de 1 de Janeiro de 1992 e à de realização a data da emissão do alvará de licença de construção ou de obra.

(...)

Inconformada, **D** quer impugnar o acto de liquidação, pois entende que a legislação em causa não se pode aplicar a factos passados anteriormente à sua entrada em vigor.

XXIX. Pretilhana (P) foi reeleita vereadora da Câmara Municipal de Vila Verde em 1985 (depois de exercer as mesmas funções desde 1983). O Ministério Público instaurou, no Tribunal Administrativo de Círculo competente, uma acção na qual se pedia a perda do mandato de **P** com fundamento em graves ilegalidades por esta praticadas, enquanto vereadora, em 1983 (mas verificadas só em 1988), nos termos do art.9.º, n.º3, da Lei n.º87/89, de 9 de Setembro: “*Constitui ainda causa de perda de mandato a verificação, em momento posterior ao da eleição, por inspecção, inquérito ou sindicância, de prática por acção ou omissão, de ilegalidade grave ou de prática continuada de irregularidades, em mandato imediatamente anterior exercido em qualquer órgão de qualquer autarquia*”. **P** alega em juízo que a norma do n.º 3 do art.9.º daquele diploma, tendo entrado em vigor apenas em 14 de Setembro de 1989, não podia ser aplicada às suas condutas (que eram anteriores a essa data), sob pena de violação do direito fundamental de acesso a cargos públicos. *Quid juris?*

XXX. António (A), português e residente em Sintra, adquire através de contrato celebrado em Lisboa com uma sociedade de direito português, um iate de luxo produzido nos EUA. **A** não paga e é processado em Portugal pela sociedade vendedora. Qual a lei competente para apreciar o caso?

XXXI. Cecília (C), de nacionalidade francesa, é casada com **Bento (B)**, brasileiro, residindo há vários anos em Lisboa. **C** sabe que **B** mantém uma relação amorosa com **Duarte (D)**, italiano residente em Londres, pelo que decide propor uma acção de divórcio perante os Tribunais portugueses. Qual a lei competente para reger esta situação?

XXXII. Nelson (N), nascido em Portugal, emigrou há muitos anos para os EUA, onde se naturalizou americano. Aí fez um testamento, de acordo com a lei americana, em que deixava todos os seus bens a **Dora (D)**, com quem vivia, nada tendo deixado a seus dois filhos, que vivem e sempre viveram em Portugal. *Quid juris?*

Grupo VI – A Relação Jurídica

I. “A noção de relação jurídica integra os chamados direitos subjectivo e deveres jurídicos e/ou sujeições”.

- 1) Distinga relação jurídica abstracta de relação jurídica concreta.
- 2) Diga o que entendes por Direito subjectivo propriamente dito.
- 3) Distinga dever jurídico de sujeição.
- 4) Identifique os elementos de uma relação jurídica.
- 5) Diga o que entente por Direito potestativo.
- 6) “Os direitos potestativos podem também constituir ou modificar relações jurídicas.” Comente esta afirmação e exemplifique.
- 7) **Anabela (A)** casada com **Manuel (M)**, abandonou o lar conjugal em 24 de Janeiro de 2002. Desde essa data, o casal encontra-se separado, e **A** pretende agora divorciar-se, mas **M** não lhe quer dar o divórcio. Anabela alega que tem o direito de se divorciar. Diga, fundamentadamente, se o direito que **A** tem de se divorciar é, um Direito subjectivo propriamente dito ou um Direito potestativo. Justifique.
- 8) De acordo com as classificações dos Direitos subjectivos, propriamente ditos, estudados identifique-as nos exemplos seguintes:
 - a) Direito de propriedade.
 - b) Direito de crédito.
 - c) Direito à liberdade.
 - d) Direito ao nome.
 - e) Direito ao voto dos cidadãos.
 - f) Direito do Estado ao pagamento dos impostos.
 - g) Direito de propriedade artística.
 - h) Direito a uma servidão de passagem.

II. **Catarina (C)** tem na sua biblioteca 2500 livros, excluindo os livros jurídicos e as enciclopédias. **C** emprestou a **Mateus (M)** 3 dos seus livros jurídicos.

- 1) Nesta relação estabelecida entre **C** e **M**, qual deles é o titular activo da relação? E o titular passivo da relação? Justifique.

- 2) O titular passivo tem na sua esfera jurídica um dever jurídico ou uma sujeição? Justifique.
- 3) Com base na classificação que distingue os direitos como absolutos ou relativos, classifique os direitos que **C** detém.
- 4) Classifique os direitos de **C** de acordo com outros critérios que tenha estudado.

III. Dina (D) acordou com **Eduardo (E)** que este construiria, no prazo de três meses, pelo preço de cinco mil euros, um campo de ténis de terra batida junto à sua residência. Seis meses após a conclusão do campo, **D** pretende que **E** nele coloque postes para o suporte da rede e que repare irregularidades no pavimento. **E** contesta as pretensões de **D** por entender que a colocação dos postes não estava incluída na obra e que, nos termos do art.1220.º do Código Civil, caducou o direito de **D** exigir quaisquer reparações.

- 1) Analise, nos seus elementos estruturais, a relação jurídica estabelecida.
- 2) Identifique na relação jurídica anterior, o sujeito activo e o sujeito passivo.
- 3) Identifique e qualifique, segundo os critérios legais ou doutrinários adequados, as situações jurídicas que resultam dos factos jurídicos ou que estão subjacentes às posições assumidas por **D** e por **E**.
- 4) Explique se o direito que o empreiteiro tem de receber do dono da obra o preço estipulado para a realização da mesma é um Direito subjectivo propriamente dito ou Direito potestativo.
- 5) De que modo pode contribuir a qualificação legal dos “postes para suporte da rede” para a solução, nessa parte, da controvérsia entre **D** e **E**?
- 6) Suponha que a Dina comprou um conjunto de raquetes defeituosas na loja “TENIX”. Qualifique a situação jurídica da **D**, com base no art.916.º do Código Civil (com referência ao art.917.º do mesmo Código).

IV. Raquel (R), de 17 anos, solteira, começou a trabalhar com 16 anos, tendo poupado o dinheiro suficiente para comprar uma mota em segunda mão. O pai

de **R**, que nunca tinha concordado que a filha tivesse uma moto, pretende pedir a anulação de compra, realizada por **R**.

- 1) Os menores carecem de capacidade de exercício de direitos. Diga o que se entende por capacidade de exercícios de direitos.
- 2) Distinga capacidade de gozo de capacidade de exercício de direitos.
- 3) Justifique se o pai de **R** pode obter uma decisão judicial de anulação da compra da moto, feita pela filha.
- 4) Explique em que consiste a anulabilidade de um negócio jurídico.
- 5) Será **R** emancipada? Indique os efeitos jurídicos da emancipação.
- 6) Os menores são representados pelos pais ou, em certos casos, por um tutor. Diga em que circunstâncias tal pode suceder. Distinga tutor de curador.
- 7) Suponha que **R**, recebeu da sua madrinha, como herança, um apartamento, situado em Lisboa. Como vivia em Lisboa com os pais e queria muito ter um apartamento de férias no Algarve, resolveu vender, de imediato, o apartamento que tinha herdado da madrinha. Explique se o pai de **R** poderá pôr em causa a validade do contrato realizado pela filha.
- 8) O pai de **R** incompatibilizado com esta e com a mãe de **R** pretende renunciar ao poder paternal. Explique se o pai de **R** tem o direito de o fazer.

V. Abílio (A), carpinteiro, solteiro, nasceu em Janeiro de 1981. Em Fevereiro de 1997 adquiriu, com o salário que recebera da oficina onde trabalhava, uma valiosa aparelhagem sonora. Em Maio de 1998 vendeu uma casa que herdou da avó materna a **Bernardo (B)**. Em Dezembro de 1998 ofereceu uma mota de água ao seu melhor amigo **Pedro (P)**. E, em Novembro de 1998, comprometeu-se a executar uma obra a **Evandro (E)** que estava muito além das suas possibilidades, tendo recebido parte do pagamento, mas agora sabe que não vai poder cumprir o compromisso estabelecido.

Quid juris?

VI. Licínio (L), menor, de 15 anos de idade, comprou um automóvel com o produto do seu trabalho de carpinteiro. Para tal, falsificou o seu Cartão de Cidadão e colocou umas barbas postiças para se apresentar num *stand* de automóveis como tendo 18 anos. Passados alguns meses **L** vem a falecer num acidente de viação, e os seus pais pretendem anular a compra do referido automóvel. *Quid juris?*

VII. Danilo (D), menor, com 16 anos de idade, acorda:

- 1) Com **Bento (B)** em comprar-lhe um computador pelo preço de 10.000,00 euros;
- 2) Com **Fabiana (F)** em trabalhar para esta no seu estabelecimento de venda de publicações periódicas;
- 3) Com **Alexandra (A)** em contrair casamento;
- 4) Com **Érica (E)** em vender a mota e as acções do “**Banco Patinhas, S.A.**”, que a avó lhe tinha dado, em ambos os casos por metade do seu valor e com o dinheiro obtido pretende oferecer um anel de noivado a **A**.

Os acordos celebrados por **D** são válidos?

VIII. Ulisses (U), de 20 anos, é doente mental. **Rosa (R)**, vizinha de **U**, está interessada em comprar algumas peças de um faqueiro de prata de que **U** é proprietário. **R** pretende assegurar-se de que o contrato a celebrar não seja inválido em consequência da deficiência de **U**.

- 1) Podem as peças do faqueiro ser vendidas separadamente?
- 2) Que informações deve **R** obter acerca da situação de **U**?
- 3) Conforme o que vier a apurar, quem deverá intervir no contrato por parte do vendedor?

IX. Nádía (N), maior, que sofre de perturbações psíquicas, mas não está interdita nem inabilitada, tem a mania de que é perita de arte. Ao ver um quadro que **Bernardete (B)** tem à venda, convence-se de que ela é uma pintora célebre e começa imediatamente a fazer as mais estranhas divagações a tal respeito, acabando por propor a **B** a compra do quadro por um preço exorbitante, o que esta aceita. Sendo certo que **B** ignorava a anomalia psíquica

de **N**, diga se o acto é válido e, em caso negativo, qual o vício de que sofre o seu valor negativo.

X. Suponha que recebeu uma carta, de uma das suas tias, com o seguinte teor: “Encontro-me bastante doente e muito preocupada com o futuro dos meus filhos e, como não sou versada em assuntos de carácter jurídico, venho pedir que me aconselhes sobre os seguintes assuntos: o **Tiago (T)** tem 15 anos e sofre de um atraso psicomotor bastante grave que, como sabes, segundo os médicos não tem cura. A **Mariana (M)** de 12 anos, com o início da adolescência tem dado muitos problemas ao nível do comportamento e o teu tio **Serafim (S)** anda sempre ocupado com o trabalho, mas gasta no jogo todo o dinheiro que consegue obter e não tem tempo para dar apoio aos filhos. Estou a pensar fazer um testamento, por documento particular, onde confio a tutela dos meus filhos ao teu padrinho **Henrique (H)**. Dada a situação em que se encontra o **T** também penso pedir, imediatamente, a interdição do mesmo, para que quando atinja a maioridade já tenha quem o represente. Quanto ao teu tio, pretendo instaurar uma acção de inabilitação, com fundamento nos comportamentos esbanjadores do mesmo. Gostaria de obter a tua opinião sobre as questões que relatei.”

- 1) Diga, justificando, se a sua tia pode requerer, de imediato, a interdição do filho **T**.
- 2) Explique se a sua tia poderia atribuir, através de testamento, a tutela dos menores a **H**.
- 3) Explícite se os fundamentos alegados para requerer a inabilitação são susceptíveis de conduzir ao êxito da acção.
- 4) Explique, quais as formas de suprimento das incapacidades por interdição e por inabilitação.
- 5) Indique e explique a outra forma de incapacidade prevista na lei.

XI. Gualter (G), maior, começou a revelar tendência para os jogos de azar e a vender ao desbarato alguns bens, pelo que foi contra ele proposta uma acção de inabilitação por prodigalidade. Já após ter sido anunciada a respectiva acção, e para pagar uma dívida de jogo de 3.000,00 euros a **Begónia (B)**, que ameaçava dar publicidade desse facto e transmiti-lo ao advogado dos

requerentes da acção, **G** acedeu em vender-lhe, em 5 de Novembro de 2008, por 5.000,00 euros, um automóvel que valia cerca de 15.000,00 euros. Foi concretizada a venda, recebendo **G** a parte do preço que excedia a dívida. Entretanto, o juiz entendeu que não se verificaram os fundamentos para decretar a inabilitação. Essa sentença tornou-se definitiva em 22 de Dezembro de 2008.

- 1) **G** defende, agora, que a venda do automóvel não é válida. Tem razão? Em caso afirmativo, com que fundamento?
- 2) **B**, por seu lado, mostra-se disposta a entregar a **G** mais 5.000,00 euros, como preço da venda do automóvel, para que esta se mantenha. Tem fundamento a sua pretensão?

XII. Maria (M), de 40 anos foi, há um ano, declarada inabilitada por abuso de consumo de estupefacientes, tendo a respectiva sentença determinado a incapacidade de alienar qualquer tipo de bens e nomeado um curador. Acontece, porém, que, para garantia de um empréstimo que contraiu há dois meses junto de um vizinho, **M** entregou um quadro valioso como penhor.

- 1) **M** é representada por um curador. Diga quais as funções de um curador.
- 2) Distinga o papel do curador e do administrador de bens em sede de inabilitação.
- 3) Explique, face à situação jurídica em que **M** se encontra e às disposições legais, se o curador poderá obter a devolução do quadro.
- 4) Os inabilitados podem solicitar ao tribunal o levantamento da sua inabilitação? Em que condições?

XIII. Arnaldo (A), de 17 anos, habita com o pai, **D. Germano (G)**, sacerdote de profissão. Porém, este último padece de uma doença mental, que, de mais a mais, o afastou da sua actividade episcopal e sacerdotal. Tal deveu-se ao facto de ele, em virtude da enfermidade, possuir limitações ao nível da fala e do raciocínio. De todo em todo, ainda continua a ter aptidão para fazer tapetes de Arraiolos, sobrevivendo, aliás, à custa da venda destes, regra geral por 1.000,00 euros cada.

- a) Imagine que **A** vendeu, sem o consentimento de seu pai, um desses tapetes, e apenas por 500,00 euros.

- b) Admita agora que **A** doou, sem o consentimento de seu pai, um dos tapetes a um clube recreativo de que era sócio.
- c) Suponha agora que **A**, pagando 20,00 euros, resultantes dos frutos do seu trabalho, a **Joaquim (J)**, de 25 anos, lhe pedia que este último comprasse a seu pai um tapete.

Quid juris?

XIV. Andreia (A) no dia em que completou 17 anos contraiu matrimónio com o seu apaixonado **Marcolino (M)**, um ano mais velho, apesar da expressa oposição de seus pais, que desde o início do namoro se opunham à relação. **A** e **M** escolheram para casa de morada de família um modesto imóvel pertencente a **Carolina (C)**, uma vez que o dinheiro que **A** recebia como funcionária de um Hipermercado não permitia arrendar o imóvel com que sonhavam. Com objectivo de conseguir aumentar os rendimentos da família, **M** adquiriu um camião e dedicou-se ao transporte de mercadorias. A vida floria ao apaixonado casal até que, numa manhã de chuva e nevoeiro, **M**, que desrespeitava o limite de velocidade estatuído na lei, não conseguiu realizar uma curva e despistou-se numa pequena ravina. Em consequência do acidente de viação, **M** perdeu parte das suas capacidades motoras, visão e audição. **A** ao receber a notícia ficou transtornada; o acidente ocorreu no mesmo dia em que ela recebera a confirmação de que estava grávida de gémeos. A profunda dor de **A** conduziu-a ao álcool. Todas as noites era a primeira a chegar e a última a sair do bar da esquina, localizado junto da sua habitação; enquanto bebia, alienava a baixo custo o seu património, aos outros clientes do bar, que desta forma se aproveitavam do alcoolismo de **A**. **Petra (P)**, vizinha de cima e melhor amiga de **A**, testemunha do estado de abandono a que esta vetara **M**, pediu em Tribunal a inabilitação deste. Porém, e enquanto o processo corria, **M** deslocou-se ao notário e em testamento deixou todo o seu património disponível aos filhos que **A** esperava.

Quid juris?

XV. Não obstante ser surdo-mudo, **Virgílio (V)** não quis deixar de acompanhar os familiares à ilha da Madeira, na passagem de ano de 1999/2000, tendo-se deslocado para a Marina do Funchal, na noite do dia 31 de Dezembro. Aqui

aqueles apreciaram o espectáculo de fogo-de-artifício. E foi nesse local encantado que travou conhecimento com **Beatriz (B)**, encontro do qual resultou uma mútua paixão, culminada em casamento. Para local de vida em comum, **V** comprou um magnífico apartamento. Este foi adquirido na noite de Carnaval a **Camila (C)** que, na primeira vez que entrara num Casino, e após ter perdido milhares de contos, visivelmente embriagada, abordou **V**, alienando-lhe o imóvel por um valor bem inferior ao de mercado. Mas a paixão inicial esbateu-se, tendo o matrimónio começado a esmoronar-se com as agressões físicas e verbais constantes de **B** sobre **V**, por um ciúme doentio, fruto de uma esquizofrenia galopante. Perante a infelicidade conjugal, **B** refugiou-se no consumo excessivo de álcool. Nesses momentos, **B** realizava negócios ruinosos colocando em causa a sua estabilidade patrimonial.

Quid juris?

XVI. Diogo (D) nasceu em Setembro de 1990 e, desde pequeno, mostrou sinais de perturbações psíquicas que afectavam gravemente o seu discernimento. Assim, em Setembro de 2007, os seus pais requereram a interdição por anomalia psíquica, tendo à respectiva acção sido dada publicidade em Janeiro de 2008. A sentença de interdição veio a ser registada em Janeiro de 2008. Em Dezembro de 2007, **D** vendera a **Fernanda (F)** uma pulseira em ouro extraordinariamente valiosa. Por sua vez, em Abril de 2004, **D** exibiu a **Hélder (H)** um documento, segundo qual teria nascido em 1984, conseguindo vender-lhe, por um preço razoável, uma estátua vulgar, que, todavia, pouco depois, se veio a valorizar extraordinariamente, em virtude da morte do seu escultor. Em Outubro de 2008, durante um intervalo de lucidez, **D** ofereceu a sua valiosa guitarra Alhambra, como prenda de anos, a **Roberto (R)**, seu melhor amigo. Já em Fevereiro de 2009, **D** pediu 50,00 euros emprestados a **R** para pagar um livro escolar. Os pais de **D**, que souberam de todos estes actos logo aquando da sua prática, pretendem hoje, a 15 de Setembro de 2009, destruir os seus efeitos. Poderão fazê-lo? Justifique.

XVII. Em Dezembro de 2003, **Julieta (J)** propôs uma acção em tribunal contra o seu marido, **Sérgio (S)**, com o fundamento de que este mantinha a prática sistemática de actos ruinosos. A referida acção foi publicitada em Março de

2004. Em Janeiro de 2004, **S** é contactado por **Manuel (M)**, amigo de longa data, para a compra do seu automóvel, um *BMW 525 TDS*, de Março de 2003, que lhe havia sido doado pelo seu tio **Ezequias (E)**. Ciente das dificuldades económicas por que passava **M**, **S** vendeu-lhe imediatamente o carro pelo valor de 5.000,00 euros. Entretanto, em Novembro do mesmo ano, **S** alienou a **Pedro (P)**, por 30.000,00 euros, um lote de acções, que não chega a entregar e cujo preço não recebeu. Porém, no mês de Dezembro, mais precisamente no dia 12, e na sequência de movimentações especulativas da Bolsa de Valores de Lisboa, essas acções sofreram uma valorização acentuada da sua cotação, passando o referido lote a valer 100.000,00 euros. Findo o processo, a sentença do tribunal, proferida em Fevereiro de 2005, veio dar razão a **J**. Um mês depois, **S** compra a **Daniel (D)**, com o dinheiro resultante da venda de vários pinhais, uma mota *Harley Davidson*, com a qual sonhava desde criança. Refira-se ao valor jurídico e à possibilidade de anulação dos actos praticados por **S**.

XVIII. “A nova Lei de Saúde Mental transfere dos hospitais para os tribunais a competência sobre o internamento compulsivo de doentes mentais. Esse internamento passou a ser determinado por um juiz e aplica-se aos portadores de anomalias psíquicas graves que recusem o tratamento considerado necessário e que criem “situações de perigo para bens jurídicos de relevante valor, próprios ou alheios, de natureza pessoal ou patrimonial”. Comenta o texto, relacionando os seguintes aspectos:

- a) Formas de suprimimento das incapacidades;
- b) Regime jurídico da interdição.

XIX. Castelo Branco (CB), após mais um intenso dia de trabalho, chega a casa e depara-se com um pequeno papel, afixado na porta do seu quarto, escrito pela sua companheira **Betty (B)**, e cujo conteúdo era: “Digas o que disseres, faças o que fizeres, não vou voltar atrás! Chega de plásticas e saltos altos! Vou engolir todo o detergente que temos em casa até morrer! Por favor não me salves!”

- 1) Dê uma noção de direitos de personalidade.
- 2) Explica as consequências da violação destes direitos.

3) “Podem existir limitações voluntárias aos direitos de personalidade”.
Comenta esta afirmação.

4) Deve **CB** tentar salvar **B**? Justifique a sua resposta não deixando de analisar os conceitos de personalidade e capacidade jurídicas.

XX. Carlota (C), poeta, faleceu recentemente, deixando como únicos herdeiros **Bettencourt (B)**, seu filho do primeiro casamento com **Paulino (P)**, falecido, e **Anita (A)**, filha do seu segundo casamento com **Bártolo (B)**, falecido. Os herdeiros compilaram as suas obras numa colectânea e pretendem agora publicá-la. No entanto, desejam que o dinheiro reverta a favor de uma instituição com o nome do *de cuius*.

1) Aconselhá-los-ia a criar uma fundação ou uma associação?

2) Quais são os actos que os fundadores devem ou podem praticar para a formação de uma fundação?

3) Quais são as incumbências e os direitos dos fundadores no âmbito da actividade de uma fundação?

4) As fundações são pessoas colectivas de base pessoal e de fins lucrativos?

5) Diga de que modo e em que momento que as fundações adquirem personalidade jurídica? As fundações têm capacidade jurídica de gozo? E de exercício?

XXI. O “clube recreativo de apoio aos agricultores” é uma associação constituída com o fim de “promover as actividades pecuária, agrícola e florícola”.

1) Pode o acto constitutivo de uma associação designar nominalmente três dos associados como membros da direcção para um primeiro mandato de 5 anos?

2) Discuta a validade das seguintes cláusulas dos estatutos da associação:

a) “Só podem aderir à associação e nela permanecer como associados, agricultores de nacionalidade portuguesa e solteiros”.

b) “A admissão como associado é restrita a pessoas de maior idade e do sexo masculino”.

c) “A administração deve determinar a exclusão dos associados que, por qualquer forma, manifestem ideias anti-feministas”.

- 3) “As associações, tal como as fundações, são desprovidas de capacidade de exercício. A sua capacidade de gozo tem como limite o exercício de actividades sem fim lucrativo”. Comente a afirmação.
- 4) Diga a partir de que momento as associações adquirem personalidade jurídica. Como se designa a personalidade jurídica das associações?
- 5) As associações não podem exercer actividades económicas lucrativas? Justifique.
- 6) Distinga domicílio de sede.

XXII. Considere os seguintes elementos patrimoniais da Fundação Calouste Gulbenkian: o edifício da sede, os jardins que o rodeiam e as árvores, arbustos e obras de arte que neles se encontram, os bens adquiridos para a limpeza das instalações, os automóveis ao serviço da administração, as obras de arte expostas no Museu, o produto da venda de bilhetes nos concertos de música clássica no Grande Auditório, as participações financeiras da Fundação em sociedades e os lucros recebidos em função dessas participações. Classifique esquematicamente esses elementos à luz dos critérios de classificação das coisas constantes do Código Civil.

XXIII. Artur (A) vendeu a Bruno (B) uma vivenda. Quando B exigiu a A a entrega da casa, verificou que a antena parabólica que aí se encontrava fixada, bem como o aparelho de ar condicionado da sala, tinham sido retirados por A, que agora sustenta que só a casa fora objecto do contrato. *Quid juris?*

XXIV. Celso (C) comprou a Daniel (D) um automóvel usado. Porém, ao receber o veículo, constatou, com desagrado, que no mesmo não se encontrava o pneu sobresselente e o auto-rádio. De imediato, C contactou D, exigindo-lhe a entrega destes objectos. D, porém, entende que nada deve entregar. *Quid juris?*

XXV. Aniceto (A), proprietário de um prédio pombalino na zona da baixa de Lisboa, vendeu a Bonifácio (B) um valioso painel de azulejos, que, desde sempre, decorava o átrio de entrada do edifício. Temendo danificar os

azulejos, **B** optou por não os retirar de imediato. Pouco tempo depois, **A** vendeu o edifício a **Cipriano (C)**. *Quid juris?*

XXVI. Georgina (G), socióloga, comprou um cão de raça Serra da Estrela para guardar uma quinta, sua propriedade, sita em Miranda do Douro. Como o cão saltava a cerca, a **G** teve de celebrar um contrato com um empreiteiro para lhe edificar um muro e para tal teve de recorrer a um empréstimo bancário, dando como garantia a hipoteca da sua quinta. Posteriormente, ficou desempregada e, para continuar a respeitar os seus compromissos junto do Banco, teve de dirigir-se a uma casa de penhores, onde entregou para penhor um valioso anel de diamantes que tinha herdado da sua avó.

- 1) Identifique, os factos jurídicos, que constam do texto transcrito.
- 2) Distinga negócios jurídicos unilaterais de negócios jurídicos bilaterais.
- 3) Explique a razão da existência de “duas declarações de vontade, de conteúdos diversos e até opostos” nos negócios jurídicos bilaterais.
- 4) Distinga negócio jurídico oneroso de negócio jurídico gratuito.
- 5) Classifique os factos jurídicos “doação” e “compra e venda”.
- 6) Suponha que **G** efectua a venda dos frutos de um dos pomares que possui na sua quinta, esta venda tem como objecto coisas fungíveis, divisíveis, acessórias e futuras? Justifique. E a água minero-medicinal de uma nascente que **G** possui na sua quinta, susceptível de captação e comercialização, deve ser considerado um fruto civil? Justifique.
- 7) Os factos ilícitos são factos jurídicos contrários ao direito? Exemplifique.
- 8) Dê dois exemplos de factos jurídicos involuntários.
- 9) Diga se só as coisas podem ser objecto de relações jurídicas? Justifique.
- 10) A compra e venda é um contrato. Indique três dos elementos essenciais à validade dos contratos.
- 11) Distinga hipoteca de penhor.
- 12) Distinga penhor de penhora.

XXVII. Guilhermina (G) pediu a **Joaquim (J)** 750,00 euros emprestados, durante 3 meses, para pagar a viagem de fim de curso, dando como penhor a sua prancha de surf. Como tinha em vista um emprego na Fundação Oriente, estava convencida de que conseguiria restituir o referido montante no prazo

estipulado. Todavia, tal não veio a acontecer, uma vez que o emprego em causa foi atribuído a outra pessoa. Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.

XXVIII. João (J) possui um prédio rústico recebido em doação que se situa num plano inferior ao prédio do seu vizinho **Francisco (F)**. Na sequência de um Inverno rigoroso. **F** requereu em tribunal a constituição de uma servidão que lhe permitisse escoar as águas para o prédio de **J**. Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.

XXIX. Quidna (Q) cedeu de arrendamento a **Marcolina (M)** um andar, num prédio de sua propriedade, mediante uma renda mensal de 750,00 euros, comprometendo-se **M**, a inquilina ou locatária, a não utilizar o andar para outros fins que não fossem a sua própria habitação. Porém, tal não se veio a verificar, dado que **M** adaptou parte do andar para exercer a sua profissão de veterinária.

- 1) Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.
- 2) O arrendamento é um contrato bilateral perfeito ou sinalagmático e formal. Justifique a afirmação.
- 3) Explique, perante o procedimento de **M**, de que modo deverá **Q** actuar?

XXX. Asdrúbal (A), dono de uma loja de electrodomésticos, vendeu a **Jaqueline (J)** um televisor e uma máquina de lavar roupa no valor de 1.000,00 euros, comprometendo-se a compradora a efectuar o pagamento no prazo de 60 dias. Decorrido esse prazo, verificou que **J**, a compradora, não efectuou o pagamento a que se comprometera. **A** recorreu ao tribunal.

- 1) O contrato de compra e venda é um negócio jurídico, sendo este susceptível de ser caracterizado de acordo com diversos critérios. Classifique-o segundo os critérios estudados.
- 2) Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.

XXXI. Micaela (M) recebeu por herança um terreno situado em Porto Covo, no Alentejo, o qual estava onerado com uma servidão a favor de um prédio encravado pertencente a **Pascoal (P)**. **M**, pretendendo constituir uma sociedade com um amigo, **Richad (R)**, para se dedicarem à criação e comercialização de avestruzes, para tal vedaram o prédio, impedindo a passagem de **P**.

- 1) Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.
- 2) Explique se o direito de **P** constitui um direito subjectivo propriamente dito ou um direito potestativo.
- 3) Justifique se sobre **M** recai um dever jurídico ou uma sujeição.
- 4) O testamento é um negócio jurídico. Classifique este negócio, de acordo com os critérios estudados.

XXXII. Anastácia (A) obteve um vantajoso contrato de trabalho na Alemanha e teve de vender a casa que possuía em Portugal. **Juvenal (J)** decidiu comprá-la mas, como não tinha a totalidade do dinheiro, pediu 50.000,00 euros emprestados ao seu amigo **Quimbé (Q)**, pelo prazo de um ano, comprometendo-se, por acordo verbal, a considerar a casa hipotecada a favor de **Q**, enquanto não pagasse o dinheiro que lhe pedira.

- 1)O exemplo apresentado contém várias relações jurídicas. Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.
- 2)O art.220.º do CC estabelece que a declaração negocial é nula se não respeitar a forma legalmente estabelecida. Distinga nulidade de anulabilidade.
- 3)Suponha que **J** não paga pontualmente os 50.000,00 euros. Justifique se **Q** tem o direito de ser pago pelo valor da casa hipotecada.

XXXIII. Amélia (A) e **Bernardo (B)**, licenciados em Gestão, casaram, em 2000, indo residir para Almada, onde adquiriram um apartamento à **Fundação EDP**. Os encargos assumidos com tal aquisição estão a ser pagos a um **banco, S.A.**, em prestações mensais. Além do casal, o agregado familiar inclui, neste momento, **Carlos (C)**, de seis meses, filho de **A** e **B**, e **Diogo (D)**, de 15 anos,

irmão mais novo de **B**, que vive com ele desde os seis anos, quando os pais de ambos faleceram, sendo **B** o seu tutor. **A** trabalha no **Ministério da Educação e Ciência** e **B** presta serviços numa **empresa seguradora, Lda**. No mês passado, **A** e **B** receberam, por doação, um rebanho de 200 ovelhas.

Analise estruturalmente as diferentes espécies de relações jurídicas e ramos de direito associados.

XXXIV. Em 2007, **Luís (L)** foi contratado pela “**Automais – Veículos Todo-o-Terreno – Lda.**” com o fim de proceder à abertura no distrito de Lisboa de estabelecimentos de aluguer de automóveis sem condutor, mediante o recebimento da retribuição mensal de 1.000,00 euros. A “**Automais, Lda.**” foi constituída por **António (A)**, **Carlos (C)**, **Daniel (D)** e **Eduardo (E)**, estando o seu capital social repartido por estes sócios em partes iguais. Na sociedade são gerentes **C** e **E**. A fim de poder circular com os vários veículos, **L** contratou junto da “**Boa Hora – Companhia de Seguros, S.A.**” um seguro pelo qual transferiu para esta a responsabilidade civil emergente de sinistros em que interviesse.

Analise estruturalmente as diferentes espécies de relações jurídicas e ramos de direito associados.

XXXV. Uma **associação de bombeiros** de uma zona turística instala uma pequena cafetaria na sua sede, para obter, através de um serviço de lanches, receitas que ajudem a pagar as despesas com a aquisição de novo material de incêndios. O serviço é assegurado gratuitamente pelos próprios **bombeiros**, nos seus tempos livres. Perante o êxito alcançado, a **associação** delibera transformar a cafetaria num restaurante, que passa a estar aberto de manhã à noite, e contrata para o dirigir um **chef profissional** formado na escola catalã da nova cocina experimental de Ferrán Adriá. Os **novos-ricos e os turistas** caem em massa no restaurante e os fartos lucros obtidos permitem, não apenas pagar novo e sofisticado material, mas também pagar prémios em dinheiro aos bombeiros que até aí colaboravam gratuitamente. Mais do que isso, a **associação** prevê abrir uma discoteca e uma pequena estalagem anexa à sede. Os **hoteleiros** da zona protestam e alegam, não só a concorrência desleal feita pela associação, mas também que a situação criada

começou inclusivamente a prejudicar o exercício das tarefas próprias dos **bombeiros**.

- 1) Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.
- 2) Os hoteleiros prejudicados podem pedir às autoridades competentes que proibam a associação de continuar a explorar as actividades hoteleiras em causa?

XXXVI. Francisco (F) é cliente de um determinado **banco, S.A.**, que lhe exige o pagamento de uma avultada quantia em dinheiro, como contrapartida da prestação de determinados serviços bancários. **F** opõe-se ao pagamento dessa quantia, com o fundamento de que não estava prevista no contrato que celebrou com o banco, o qual assim invoca um uso contrário à boa-fé exigida no art.3.º do Código Civil.

- 1) Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.
- 2) **F** poderá opor-se com êxito à exigência feita pelo banco, com o fundamento que invoca?

XXXVII. Com base num acordo celebrado entre o **Estado português**, a **União Europeia** e o **FMI**, no âmbito do resgate da dívida soberana portuguesa, é aprovada uma nova lei do Orçamento do Estado, da qual consta uma norma que contraria o disposto numa norma da Constituição da República Portuguesa.

- 1) Analise esquematicamente a situação descrita, identificando as relações jurídicas nela presentes, o seu conteúdo e os seus elementos estruturais.
- 2) Acha que aquela norma deve ser aplicada, porque não se deve inviabilizar o cumprimento integral do acordo celebrado, ou, pelo contrário, acha que deve ser declarada inconstitucional, mesmo que isso inviabilize aquele cumprimento integral?

XXXVIII. No dia 1 de Novembro, o **Rui (R)** passou por um stand de automóveis e perguntou se existia para venda um automóvel da marca **X**. A resposta foi negativa. No dia 8 do mesmo mês, o **R** recebeu um fax enviado pelo

proprietário do stand a dizer: “Recebi dois automóveis da marca **X**, um preto e outro prateado, diga se esta interessado”. **R** responde imediatamente, por fax, dizendo: “Fico com o automóvel preto”. No dia 10 de Novembro, o proprietário do stand vende os dois automóveis a dois dos seus melhores amigos. No dia seguinte, o **R** passou pelo stand para formalizar o contrato. Nesse momento, o proprietário do stand diz que não fez qualquer contrato de compra e venda com **R**. Existia ou não um contrato entre **R** e o proprietário do stand? Justifique.

XXXIX. Artur (A) agricultor enviou a **Beatriz (B)** negociante de frutas o seguinte fax: “Vendo maçãs golden, até uma tonelada, ao preço de 50 cêntimos o quilo”. Este fax foi enviado no dia 1, Sábado, às 20:00 horas e chegou ao aparelho receptor de **B** instantaneamente. **B** encontrou o fax quando chegou ao seu escritório no dia 3, Segunda-feira, às 08:00 horas. **B** responde a **A** no dia 6, às 07:50 horas, também por fax: “Compro 300kg de maçãs golden pelo preço indicado”. **A** responde por fax, no dia 6, às 10:00 horas, nos termos seguintes: “A minha proposta anterior já não tem efeito, o novo preço é de 60 cêntimos o quilo. Diga se está interessada”. Terá o **A** razão?

XL. Miguel (M) e **Fernando (F)** assinam um contrato que está legalmente sujeito a escritura pública, mas, antes da assinatura do contrato, combinaram verbalmente várias cláusulas importantes. Ao executarem o contrato, **M** vem invocar essas cláusulas, que o favorecem, mas **F** recusa-se a reconhecê-las como válidas, por não constarem do contrato assinado.

1) Qualifique a situação descrita à luz da forma da declaração negocial.

2) Diga quem tem razão?

XLI. Jacinto (J) vende cinco toneladas de cerejas a **Marciano (M)**, de entre as cerejas que possui no seu pomar, através de um contrato celebrado por forma meramente oral, devendo as cerejas ser entregues quando estiverem em condições de ser colhidas. Posteriormente, vende igualmente cinco toneladas de cerejas a **Flávia (F)**, que lhe ofereceu um preço superior, sendo o contrato formalizado através de documento escrito particular, devendo também as cerejas ser entregues na altura da colheita. Quando as cerejas são colhidas,

verifica-se que a produção total do pomar de **J** é apenas de sete toneladas e meia. Que direitos têm **M** e **F** perante **J**?

XLII. Francelino (F) propõe a **Mónica (M)** a venda de dez toneladas de laranja, pelo preço de 5.000,00 euros. **M** não responde expressamente, mas remete a **F** um cheque de 1.000,00 euros. Quando **F** pretende entregar a laranja a **M**, esta diz-lhe que não estava interessado na sua aquisição, mas sim na compra de vinte toneladas de maçã que **F** também tinha à venda, destinando-se o cheque a efectuar o pagamento adiantado desta mercadoria. **F** insiste em considerar a laranja vendida a **M**, alegando os usos comerciais habitualmente seguidos no negócio da fruta.

1) **F** terá razão?

2) Poderá caracterizar-se a principal questão suscitada como um problema de interpretação da declaração negocial?

3) Quais são os principais critérios para a resolução dos problemas de interpretação da declaração negocial?

XLIII. Bonifácio (B) celebrou com **Javier (J)** um contrato de compra e venda de um certo bem, pelo preço de 30.000,00 euros, através de documento particular, sendo que a lei aplicável exigia escritura pública para todos os contratos dessa natureza, qualquer que fosse o preço convencionado. **J** pretende anular o contrato, com esse fundamento. Entretanto, foi publicada uma lei a esclarecer que a lei em causa, cuja interpretação suscitava dúvidas, significa na realidade que isenta de escritura pública os contratos daquela natureza, cujo preço seja inferior a 50.000,00 euros. O contrato poderá, ainda, ser anulado com o fundamento de falta de forma legal?

XLIV. No dia 1 de Março, a **Madalena (M)** recebeu pelo correio um catálogo enviado por uma sociedade denominada “**Campo e Praia, Lda.**”. O catálogo trazia menção relativa à venda de vários artigos de campismo. De entre eles, a **M** ficou especialmente interessada numa caravana que vinha descrita no catálogo: dimensão, cor, peso, fotografia e preço (10.000,00 euros). No catálogo estavam também enunciadas as condições de pagamento: 20% de entrada e 80% em oito prestações mensais iguais e sem juros. No dia 15 de

Março, a **M** enviou uma carta para a sociedade “**Campo e Praia, Lda.**”, onde referia que comprava uma das caravanas referenciada no catálogo. Todavia, a **M** não obteve resposta. Passados cinco dias, telefonou para a “**Campo e Praia, Lda.**”, onde o gerente lhe informou que aquela caravana tinha aumentado de preço (15.000,00 euros). A **M** acha que o contrato se formou por 10.000,00 euros, enquanto a sociedade “**Campo e Praia, Lda.**” acha que não se formou qualquer contrato, porque o catálogo não era uma proposta, mas um anúncio e que a carta da **M** é que era uma proposta que a sociedade não aceitou. Quem tem razão?

XLV. Anacleto (A), residente em Coimbra, após ter terminado a sua Licenciatura em Direito, decidiu frequentar um curso na Faculdade Católica de Lisboa de preparação para o ingresso no Centro de Estudos Judiciários, pelo que tomou de arrendamento a **Bettencourt (B)** um apartamento sito em Cascais, mais concretamente em Caxias. No respectivo contrato ficou escrito que **A** arrendaria o r/chão, mas, enquanto ele atribuiu a esta expressão o sentido corrente de andar térreo, **B**, como qualquer pessoa de Cascais, conferiu-lhe o significado de 1.º andar. Poderá **A** exigir que o contrato valha em relação ao andar térreo, ou terá sido arrendado, realmente, o referido 1.º andar, como entende **B**?

XLVI. Aníbal (A) expede pelo correio, num determinado dia, uma proposta de venda de um automóvel, dirigida a **Julieta (J)**. A carta extravia-se no correio e só chega às mãos de **J** um mês depois de expedida. **J**, que não está interessada na aceitação da proposta, não avisa imediatamente **A** de que o contrato não se concluiu, pelo que este continua a aguardar uma resposta, deixando entretanto de vender o carro a **Leandro (L)** e a **Nelson (N)**. Quando, três meses mais tarde, **J** comunica a **A** a sua resposta negativa, este pretende obter dela, ou a celebração do contrato, ou uma indemnização pelo facto de não ter vendido o carro a **L** ou a **N**, o que é agravado pelo facto de aquele modelo ter sido substituído por um modelo mais recente.

1) Poderá **A** conseguir a celebração do contrato com **J**?

2) Em alternativa, poderá **A** obter a indemnização pretendida?

XLVII. Zacarias (Z), de visita a uma capital europeia, assiste a um leilão de obras de arte, promovido por uma importante leiloeira. Quando estava a ser leiloado um quadro muito valioso, faz com a mão um gesto que é interpretado pelo leiloeiro como aceitação do preço do quadro, pelo que este lhe é arrematado pelo valor de 500.000,00 euros. **Z**, que não dispõe dessa importância, alega que o gesto foi feito inadvertidamente, sem qualquer intenção de compra, e por isso solicita a anulação da arrematação. Conseguirá obtê-la?

XLVIII. A editora “**RevistasTop, S.A.**” enviou uma carta a todos os seus assinantes da revista “**EconomicsBankruptcy**”, a fim de informá-los que, a partir do ano de 2010, essa mesma revista passaria a ser distribuída em conjunto com outra, a “**GardenVillasReview**”, pelo que a assinatura anual iria ficar encarecida em 200,00 euros. Nesse documento, a empresa comunicava que, para maior comodidade dos clientes, consideraria renovadas as assinaturas, já sujeitas aos novos preços, caso não recebesse uma resposta negativa no prazo de três meses. Imagine que alguns clientes, que não objectaram no prazo fixado, se recusam, agora, a pagar a assinatura da revista, tendo, porém, recebido todos os exemplares semanais, no decorrer dos três meses que passaram. *Quid juris?*

XLIX. Abdiel (A), proprietário de uma vivenda em Colares, declarou, no decurso de um jantar em que, entre várias outras pessoas, se encontrava **Boro (B)**, empreiteiro de construção civil, que lhe haviam pedido 15.000,00 euros para a pintura exterior daquela vivenda. **B** comentou ser um preço exagerado, um autêntico "roubo" e que a pintura em causa não deveria custar mais do que 4.000,00 euros. Perante este comentário, **A** propôs a **B** cometer-lhe a tarefa de pintar exteriormente a vivenda mediante o pagamento de 5.000,00 euros. **B** apertou a mão de **A** e exclamou "negócio fechado!". Considerando que as questões infra colocadas são totalmente independentes entre si, responda-as:

1) O diálogo travado entre **A** e **B** pode ser considerado um facto constitutivo de uma relação jurídica e, em caso afirmativo, como deve ser qualificado?

2)Quais são as consequências possíveis de, na manhã subsequente ao jantar referido, **B** comunicar a **A** que as suas declarações haviam sido proferidas sob a influência de álcool que, reconhecia, havia ingerido em excesso?

3)Se **B**, ao analisar a vivenda de **A**, concluir que se enganara no cálculo da superfície a pintar, pelo que, ao invés de necessitar de 500 litros de tinta, teria de utilizar 750 litros, poderá exigir de **A** um aumento proporcional do preço ou, em alternativa, anular a sua declaração de vontade?

L. Margarida (M), tendo interesse na aquisição de um automóvel, visitou em 2/03/2006 um estabelecimento do ramo, propriedade da “**AUTOSUIÇA - Comércio de Automóveis, S.A.**”, sito em Lisboa. No local o administrador da “**AUTOSUIÇA, S.A.**” apresentou a **M** a lista dos veículos disponíveis. Em 5/03/2006 **M** enviou um fax dirigido à “**AUTOSUIÇA, S.A.**” manifestando o seu interesse na compra do veículo matrícula 00-24-BI, com pagamento do preço em duas prestações iguais no montante de 10.000,00 euros cada. O fax chegou à “**AUTOSUIÇA, S.A.**” no dia 05/03/2006, tendo sido respondido no dia seguinte por fax subscrito por **Bernardo (B)**, administrador da sociedade, pelo qual esta manifestava a sua concordância com o pagamento do preço nas prestações propostas. **M** recebeu o fax em 6/03/2006.

1)Entre **M** e a “**AUTOSUIÇA, S.A.**” conclui-se algum negócio? Em caso afirmativo em que data?

2)Identifique a(s) relação(ões) jurídica(s) retractadas no texto, enunciando os respectivos elementos

3)Se **M** tivesse 16 anos poderia celebrar o contrato validamente com a “**AUTOSUIÇA, S.A.**”?

4)Em casos como o mencionado é possível à sociedade vendedora prever no contrato que o direito de propriedade do automóvel apenas se transmita após o integral pagamento do preço?

LI. Os abaixo assinados, **Dulce (D)** e **Nuno (N)**, ambos estudantes do ISEG, residentes na Amadora celebram um contrato de compra e venda nos termos seguintes:

1)**D** vende a **N** o seu automóvel, de matrícula 00-00-YY, pelo preço de 25.000,00 euros.

2)A entrega do automóvel e o pagamento de preço ocorrerão, simultaneamente, no dia 31 de Dezembro, às 22.30, no parque de estacionamento do ISEG.

3)Este contrato fica sem efeito se, antes daquela data, **D** deixar de residir na Amadora.

4)O presente contrato fica sujeito ao direito espanhol.

Questões:

- 1) Qual o modelo de formação do contrato?
- 2) Em que momento é que se celebrou o contrato?
- 3) Quantas cláusulas têm o contrato?
- 4) Qual a natureza jurídica do contrato?
- 5) Identifique e explique o elemento do conteúdo do contrato presente na terceira cláusula.

LII. Em Maio de 2002, **Armanda (A)** vendeu simuladamente, por escrito particular, o seu Ferrari a **Cátia (C)**, ocultando uma doação relativa ao mesmo veículo. Dois meses depois **C** vendeu, cumprindo todas as formalidades de registo, o dito automóvel a **Zaida (Z)**, que tinha total conhecimento do acto simulatório e dissimulado.

1)**A** pretende reaver o seu carro invocando a simulação. Será **A** bem sucedida na sua pretensão?

2)E se não tivesse havido doação, mas um aluguer, conhecendo **Z** a simulação? E se **Z** não tivesse conhecimento do acordo simulatório?

LIII. Na sequência de uma troca de correspondência, a **sociedade C** comprou à **sociedade T**, pelo preço de 5,00 € por quilo, 100 toneladas de ferro, com características bem definidas, destinado à construção de um edifício, também identificado na correspondência. Alguns dias mais tarde, e ainda antes da entrega do ferro, **C** comunicou a **T** que afinal necessitava apenas de 60 toneladas, resultando a diferença de um erro na medição da obra. **C** pretende, por isso que o contrato seja reduzido para 60 toneladas. **T** entende que, sendo o erro de **C** irrelevante, o contrato deve ser cumprido em relação às 100 toneladas. *Quid juris?*

LIV. Júlio (J), vendedor de automóveis, garante a **Melânia (M)**, compradora de um automóvel de tipo desportivo, que este é capaz de performances muito acima da média em veículos do mesmo tipo e cilindrada. **M**, ao utilizar o automóvel, verifica que as performances alcançadas estão dentro e até, relativamente a alguns aspectos, ligeiramente abaixo da média. **M** pretende, assim, anular a compra feita a **J**. Poderá consegui-lo?

LV. Margarete (M) vende a **Fábio (F)** um automóvel *Ferrari* dos anos 50, por um preço muito elevado. Nas negociações que precederam o contrato, **M** ocultou a **F** que o modelo do automóvel que ia vender não era o modelo **X** de 1951, modelo muito raro, do qual foram produzidas apenas algumas unidades, mas sim o modelo **Y** do mesmo ano, do qual, embora muito parecido com o modelo **X**, foram produzidas mais de dez mil unidades. Depois de efectuada a compra, **F** vem a saber a verdade e verifica que comprou um automóvel que afinal vale no mercado dos leilões de automóveis clássicos cerca de um quinto do valor que pagou.

1) **F** pretende anular o contrato efectuado, alegando que **M** agiu de má-fé nas negociações que precederam o contrato. Poderá conseguir a anulação com este fundamento? Poderá obter, em alternativa, uma compensação pelos danos sofridos?

2) **F** alega, também, que a sua declaração de vontade de compra foi influenciada por um erro essencial sobre o objecto, causado por **M**, uma vez que este sabia perfeitamente que, se tivesse conhecido a verdade a tempo, não teria comprado o automóvel em causa e, muito menos, pelo preço pago. Poderá conseguir a anulação do contrato com este fundamento?

3) Se fosse amigo de ambos (**M** e **F**), o que lhes recomendaria que fizessem para resolver a questão? Incitá-los-ia a recorrer a um tribunal?

LVI. Valdemar (V) e **Júlia (J)** declaram, na escritura pública de compra e venda de um determinado imóvel um preço muito abaixo do preço real do contrato, com vista a defraudar o fisco pagando um imposto (IMT) inferior ao devido. Já depois de efectuada a escritura, a Autoridade Tributária teve conhecimento do preço real do contrato celebrado.

1) Classifique os negócios jurídicos realizados à luz dos critérios que o Código Civil impõe para a conformidade entre a declaração negocial e a vontade?

2) Que pode a Autoridade Tributária fazer relativamente ao contrato celebrado, com vista a liquidar e a cobrar o imposto devido?

LVII. Antonino (A), agricultor, vendeu a **Branca (B)** um terreno por um valor baixíssimo dada a proximidade com uma E.T.A.R., que existia já há 20 anos. Todavia, pouco tempo depois do negócio, **A** tomou conhecimento de que o presidente da Câmara daquela localidade teria dado ordens, dias antes, para colocar em prática um projecto que havia anunciado na sua campanha eleitoral e que consistia no encerramento e demolição da referida E.T.A.R. e, subsequente construção, no mesmo sítio, de um importante lanço de auto-estrada, facto que iria valorizar, em muito, todos os terrenos circundantes. Em função desta nova situação, **A** sente-se prejudicado com a venda e pretende anular o negócio. Estará **A** em condições de conseguir recuperar o seu terreno?

LVIII. Paulina (P), emigrante em França, proprietária de um terreno situado nos arredores de Viseu, tinha a intenção de aí construir uma moradia. No dia 5 de Janeiro de 2001, deslocou-se ao local com **Adelina (A)**, arquitecta. Na ocasião, **A** fez-lhe notar que, para a construção da moradia com a dimensão pretendida, teria de comprar mais 100 metros quadrados de um terreno adjacente. Seguindo esta indicação, **P** comprou a **Vicente (V)** uma parcela de terreno vizinho com 120 metros quadrados, pelo preço de 100.000,00 euros, pago na data da escritura pública, outorgada em 1 de Março de 2001. Em Abril de 2002, **P** veio a Portugal com o único propósito de falar com **A** relativamente aos pormenores do seu projecto de moradia. Na conversa que tiveram, no dia 2 desse mês, **P** confirmou as características e a dimensão da moradia, tal como tinha referido em Janeiro de 2001. Na mesma ocasião, **P** entregou a **A** um cheque de 15.000,00 euros, por conta de honorários. No dia seguinte, a arquitecta, em nova deslocação ao local acompanhada por um topógrafo, verificou que o terreno disponível, incluindo a parte comprada, era afinal insuficiente para construir a moradia com a dimensão pretendida por **P**. **A** propôs então a **P** reduzir a dimensão da moradia. **P** recusou a alteração.

Considerando provados todos os factos descritos - e só esses - responda às seguintes questões:

1) Pode **P**, com fundamento em erro, conseguir que fique sem efeito o contrato que celebrou com **A**? E o contrato que celebrou com **V**?

2) Admitindo que a pretensão de **P** em relação ao contrato celebrado com **A** é procedente, que direitos pode **P** exercer relativamente à contraparte?

LIX. Lucrecia (L) e Josué (J), ambos funcionários bancários reformados, residem em moradias próximas situadas perto de uma vila ribatejana. Na sequência do interesse manifestado por **J** em ampliar a sua horta, **L** vendeu-lhe, por escritura pública celebrada em 1 de Março de 2009, um terreno por 100.000,00 euros. Antes da escritura, **L** e **J**, em deslocação efectuada em conjunto à Câmara Municipal, foram informados por um funcionário que o referido terreno era exclusivamente apto para aproveitamento agrícola. Em Dezembro de 2010, **J** foi contactado por **Mário (M)**, construtor civil, com o intuito de comprar o mesmo terreno para a construção de um conjunto de moradias. Foi então que **J** se apercebeu de que o Plano Director Municipal, em vigor desde 2002, atribui ao terreno tal faculdade, sendo portanto incorrecta a informação que em 2007 fora transmitida pelo funcionário consultado por **J** e por **L**. Por escritura pública celebrada em 10 de Janeiro de 2011, **J** vendeu a **M** o referido terreno por 200.000,00 euros. Poucos dias depois, a aquisição a favor de **M** foi registada na Conservatória do Registo Predial. Ciente destes factos, **L** pretende agora que o contrato celebrado em 2009 fique sem efeito.

1) Será procedente a pretensão de **L**?

2) Independentemente da resposta dada à questão anterior, admita que o contrato é inválido. Que efeitos, se alguns, decorreriam da invalidade para cada um dos intervenientes?

LX. Em Outubro de 2007, **Carolino (C)** compra a **Lara (L)** um imóvel sito nos arredores de Setúbal. Todavia, tal decisão foi repentina e especialmente motivada pelo facto do irmão de **L**, **Jaquelino (J)**, amigo de **C**, ter forjado e entregue a este toda uma série de documentos e brochuras que atestavam que o local do imóvel seria despoluído e seguro e que viria a ser construído, em breve, bem próximo a ele, um novo centro comercial, circunstância que iria

valorizar toda a área. Consciente disto, **L**, por conselho de **J**, exigiu um preço mais elevado pela compra do imóvel. Por sua vez, **C**, em Dezembro de 2007, doou esse imóvel à sua sobrinha **Ester (E)** como prenda de casamento. A sua sobrinha, logo se apressou, dias depois, após a doação, a efectuar o respectivo registo de aquisição. Em Janeiro de 2008, **C** descobre que todos aqueles documentos, que lhe haviam sido mostrados por **J**, entretanto falecido, por doença prolongada, eram falsos e, portanto, não só o lugar apresentava altos índices de poluição e era desprovido de segurança, como também, e para piorar a situação, nenhum centro comercial iria ser construído. Por tudo isto, **C** pretende recuperar o dinheiro do imóvel, facto que encontra a oposição da sua nova proprietária, **E**. *Quid juris?*

LXI. Damião (D) é violentamente espancado por **Eliseu (E)**, que lhe exige o seu telemóvel, com receio da sua integridade física **D** acaba por lhe dar o aparelho e **E** deixou de o agredir, fugindo de imediato. Procurando auxílio, **D** dirige-se ao enfermeiro **Flávio (F)** que, vendo o estado em que se encontrava **D**, exige-lhe o pagamento de 5.000,00 euros, acrescidos da doação de um apartamento na Costa da Caparica, para o tratar. **D** acaba por aceitar as exigências de **F**, dadas as condições físicas em que se encontrava. *Quid juris?*

LXII. Laurinda (L) deslocou-se à praia da Bolhos, a fim de participar numa festa alusiva à comemoração dos 50 anos da companhia de conservas onde era secretária. Nesse festim, **L**, por desgosto amoroso, embriagou-se manifestamente, sobretudo devido ao facto de não estar habituada a ingerir grandes quantidades de álcool, acabando mesmo por cometer a imprudência de doar a sua bracelete de ouro a **Sandra (S)**, que estava sob o efeito, entre outros estupefacientes, de pastilhas Ecstasy. No dia seguinte, **L**, já perfeitamente recuperada, decide ir passear para a praia norte de Peniche com o seu namorado **Miguel (M)**, sua irmã **Petra (P)** e alguns amigos. Entretanto, como **L** era jogadora de beach tennis, resolveu participar num pequeno torneio da modalidade que decorria na praia, acabando por vencer o primeiro lugar, sendo premiada com 5 ingressos, no valor de 500,00 euros, para o concerto da **Lady Gaga**, em Lisboa. Paralelamente a este momento de euforia da vitória de **L**, a sua irmã encontrava-se em grandes dificuldades no mar, e, uma vez que

eram 20:00 horas e os nadadores-salvadores haviam já saído da praia, a sua situação era de iminente afogamento. Como o mar estava com fortes ondulações e remoinhos, decorrentes da enorme ventania que se fez sentir de repente, só um dos amigos presentes, **Tomás (T)**, nadador-salvador noutra praia, e no seu dia de folga, se ofereceu para proceder ao salvamento. No entanto, **T** disse a **L** que só iria socorrer **P** se lhe fossem vendidos todos os ingressos por 50,00 euros. **L** cedeu, entregando os ditos bilhetes pelo preço definido, e a sua irmã foi imediatamente salva por **T**.

- 1) Pronuncie-se juridicamente sobre os actos descritos no enunciado.
- 2) Diga se é válido o negócio jurídico em que alguém, explorando a situação de necessidade de outrem, obtém deste, para si ou para terceiro, a promessa ou a concessão de benefícios excessivos ou injustificados.
- 3) Diga se anulável um contrato cujo objecto é ofensivo dos bons costumes.

LXIII. Marco (M) doa a **Sara (S)** o seu solar do Douro, com a condição de **S** casar com **Frederico (F)**. **S** não casa com **F**. Caracterize em abstracto o conceito de condição e diga qual o tipo de condição em causa e quais são os efeitos da mesma.

LXIV. Francelino (F) faz com **Jaime (J)** um contrato de transporte para um determinado país, pago adiantadamente, com a condição de vir a ser possível o acesso de turistas a esse país, que actualmente se encontra em guerra. Algum tempo depois, **J** pretende a anulação do contrato e a devolução da importância paga, com o fundamento de que é fisicamente impossível a verificação da condição, dado que o estado de guerra se agravou, sem solução à vista. Terá razão?

LXV. Joaquim (J) compra um lote de acções da Portugal Telecom (PT), com duas condições: em primeiro lugar, só pagará o lote de acções comprado, se elas vierem a ser cotadas em bolsa; em segundo lugar, o contrato será resolvido, se as acções vierem a perder até 15% da cotação que tinham à data da celebração do contrato.

- 1) Acha que as duas condições são válidas?

2) Diga se um contrato se considera sujeito a uma condição quando a produção dos seus efeitos fica dependente de um acontecimento futuro e certo?

3) Poderemos considerar nulo um contrato em que se estabelece que os seus efeitos ficam dependentes da futura possibilidade de poderem ser efectuadas viagens de turismo para o satélite natural Lua?

LXVI. Valentino (V) apresenta-se perante **Camilo (C)**, na qualidade de procurador de **Jaime (J)**, a fim de assinar um contrato de compra de um edifício, para uma fábrica que **J** pretende instalar. **C**, antes de assinar o contrato, exige que **V** faça prova dos seus poderes como representante.

1) O que é uma procuração?

2) Acha que **C** pode exigir de **V** a prova plena dos seus poderes como representante?

LXVII. Martinho (M) passa uma procuração a **Tiago (T)**, para que este o represente na celebração do contrato de compra de determinado bem. Ao negociar a compra, **T** verifica que não conhece tão bem os meandros do respectivo negócio e faz-se substituir por **Renato (R)**, com o intuito de defender melhor os interesses de **M**. Ao ter conhecimento da substituição, já depois de celebrado o contrato, **M** pretende anulá-lo e pretende, ainda, uma indemnização de **T**.

1) Diga se **M** poderá obter a anulação do contrato?

2) Diga se **M** poderá obter a indemnização de **J**?

LXVIII. Por escritura pública **Adalberto (A)** constituiu **Bernardo (B)** seu procurador para a compra de um imóvel, em Lisboa. Depois, através de carta, **A** fixou como valor máximo de compra do imóvel 100.000,00 euros. **B** em nome de **A** comprou a **C** um imóvel por 125.000,00 euros. **C** ignorava a carta elaborada por **A**. **A** pretende, agora, que o contrato fique sem efeito, com base nos seguintes fundamentos:

» não gosta da casa, porque é um sétimo andar e tem vertigens;

» existe falta de poderes do representante;

» na escritura pública só intervém o representado, logo, nos termos do art.457.º do Código Civil ela é nula.

Quid juris?

LXIX. Fanny (F), emigrante na Suíça, conferiu a **Diogo (D)**, seu amigo, os necessários poderes para que esta desse de arrendamento o seu apartamento sito no Porto. **D**, como não encontrou interessados que quisessem arrendar o imóvel, decidiu, por isso, vendê-lo a **Castro (C)** por um preço magnífico, valorizando-o, assim, em muito.

1) **F**, que acaba de regressar a Portugal para as habituais férias de Verão, pretende saber se tem que entregar a **C** as chaves do apartamento.

2) Qual seria a solução do caso, se **D** tivesse vendido o imóvel alegando ser **F**?

3) Suponha, ainda, que **F** pretende comprar uma Villa (casa de campo) e atribui a **D** totais poderes para o efeito. Este, porém, desrespeita a sua vontade e compra-lhe um imóvel localizado em plenas Amoreiras, na cidade de Lisboa.

LXX. O património do devedor é considerado a garantia geral ou comum dos credores. Para além desta garantia geral, a lei prevê ainda garantias especiais: pessoais e reais.

1) Distinga garantias pessoais de reais.

2) Explique duas das garantias pessoais que estudou.

3) O fiador que cumpre uma obrigação fica sempre sub-rogado nos direitos do credor? Justifique.

4) Suponha que **Paulo (P)**, advogado, sem qualquer património pessoal, celebrou com **Mariana (M)** um contrato de arrendamento relativo a um andar pertencente a esta, para aí instalar um escritório, mediante o pagamento de uma renda mensal de 500,00 euros, tendo apresentado como fiador o seu padrinho. Justifique a responsabilidade que recai sobre o padrinho de **P**.

5) Ordene as garantias das obrigações, quanto à eficácia que, na sua opinião, elas têm para assegurar na prática o cumprimento das obrigações que garantem.

LXXI. Micael (M), proprietário de um prédio urbano sito em Coimbra, arrendou-o a **Alberto (A)**, marido da Embaixadora **Sophie (S)**, por um período de 5 anos. O arrendamento teve início em Dezembro de 2003. No ano seguinte, **M**, para garantia de um dos seus credores, constituiu, a favor do mesmo, uma

consignação de rendimentos, relativo ao imóvel acima referido, até ao pagamento da dívida. Em 2007, **M** não pagou o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativa ao prédio em questão. Já em Dezembro de 2008, no termo do contrato de arrendamento, **A** recusou-se a entregar o dito imóvel, alegando ser titular de um direito de retenção. Se, em Novembro de 2009, houver lugar à penhora dos bens de **M**, quem poderá satisfazer prioritariamente o seu crédito?

LXXII. Antonieta (A) mantém uma dívida para com **Nicolau (N)** no valor de 3.000.000,00 euros. Em virtude de tal débito, que apenas se vencerá em Dezembro de 2009, a primeira constituiu, a favor do segundo, um penhor sobre um computador de bolso da marca VMD (cuja entrega foi efectuada em mão), da empresa “**PCdesigns, S.A.**”

1)O credor pignoratício (**N**) pode efectuar a locação do aparelho informático referido no enunciado?

2)Uma vez que a empresa “**PCdesigns, S.A.**” pretende relançar a sua projecção no mercado (que se encontrava muito reduzida, dado que **Danilo (D)**, um dos sócios, havia sido preso por furto de três polvos e de doces nos hipermercados **Lidy**), a mesma lançará um novo modelo de computadores de bolso, facto que produzirá uma enorme desvalorização do aparelho de **A**. Como poderá **N** assegurar a satisfação do seu crédito? Quando se extinguirá o penhor?

3)Imagine a seguinte circunstância: Num penhor que tenha como objecto um direito de crédito, quem pode e deve cobrá-lo, quando tal seja exigido?

LXXIII. Em Outubro de 1998, **Florinda (F)**, proprietária de um pinhal, vendeu a **Zilindo (Z)**, por 10.000,00 euros, todos os seus pinheiros, tendo-se estipulado que o comprador poderia fazer o corte das árvores ao longo de um ano. Este último pagou, de imediato, a totalidade do preço. Em Novembro de 1998, **F** constituiu uma hipoteca, devidamente registada, sobre a propriedade onde estavam plantados os pinheiros, em benefício de **Marina (M)**, para garantir o pagamento de 15.000,00 euros que esta lhe havia facultado. Poderá **M** opor-se a que **Z** corte os pinheiros?

LXXIV. Januário (J), presidente do conselho de gestão da **sociedade A**, tem de intervir numa escritura notarial que visa formalizar a constituição de uma hipoteca sobre um conjunto de bens imóveis da sociedade a favor de um determinado banco, destinada a garantir um avultado empréstimo contraído junto do mesmo. A escritura notarial vai realizar-se no Porto e **J**, por razões de última hora, não pode deslocar-se a essa cidade para intervir pessoalmente na escritura.

- 1) Classifique a hipoteca à luz das classificações das garantias especiais do cumprimento das obrigações.
- 2) Em vez da constituição da hipoteca, a **sociedade A** e o banco não poderiam ter acordado a constituição de outra garantia especial sobre os mesmos bens imóveis?
- 3) Para evitar a deslocação de **J** ao Porto, a hipoteca não poderia ter sido formalizada através de um mero documento particular, com fundamento no princípio da liberdade de forma estabelecido no art.219.º do Código Civil?
- 4) Se a resposta à questão anterior for negativa, **J** pode passar uma procuração ao seu amigo **Magno (M)**, advogado nessa cidade, para intervir pessoalmente na escritura a realizar?

LXXV. No decurso de uma acção que **Anacleto (A)** move contra **Martim (M)**, para cobrança de um crédito de 100.000,00 euros, acrescidos de juros de mora, na qual foi penhorada uma fracção de edifício dividido em propriedade horizontal, que o segundo é proprietário, **Carolina (C)**, advogada, vem deduzir embargos de terceiro, alegando ser possuidora da fracção objecto da penhora, que mantém em ocupação desde 1998, na sequência de um contrato-promessa de compra e venda que celebrou com o executado, **M**, enquanto promitente-vendedor, tendo, inclusivamente, entregue já, como sinal, a quantia de 70.000,00 euros. Nunca foi celebrado o respectivo contrato final de compra e venda (contrato prometido), por razão imputável ao promitente-vendedor, **M**. Em função do exposto, **C** pretende requerer junto ao tribunal o direito de retenção sobre a respectiva fracção do prédio, que, segundo ela, lhe assiste legitimamente. Terá êxito?

LXXVI. Diga se concorda com as seguintes afirmações e justifique muito sucintamente a sua posição:

- 1)A confissão não tem valor probatório em Direito Civil.
- 2)A fixação de prazos em direito é indispensável à segurança jurídica, mas compromete normalmente a realização da justiça.
- 3)Os conceitos de termo e prazo são juridicamente equivalentes.
- 4)A prova testemunhal é, de longe, a prova mais utilizada em Direito Civil.
- 5)A prova documental é o tipo de prova mais importante em Direito Civil.
- 6)O regime jurídico da prescrição é idêntico ao regime jurídico da caducidade.
- 7)A prova pericial faz-se apenas através da apreciação da veracidade de documentos escritos.
- 8)A prova por inspeção é efectuada em Tribunal.

Grupo VIII – Introdução ao Direito das Obrigações

I. Francisco (F), ao conduzir o seu veículo automóvel, não se apercebeu de que o sinal tinha ficado vermelho e que o veículo que seguia imediatamente à sua frente, conduzido por **Rosa (R)**, tinha parado. Assim, embateu neste, causando-lhe inúmeros prejuízos. Explique em que tipo de responsabilidade incorre **F**.

II. José (J), proprietário de um enxame de abelhas, verificou que este tinha fugido da colmeia. Ao perseguir o referido enxame, com vista à sua captura, provocou prejuízos nas sementeiras dos prédios contíguos.

- 1)Diga se os proprietários dos prédios vizinhos podem exigir uma indemnização a **J**.
- 2)Em caso afirmativo, em que tipo de responsabilidade incorreu **J**?

III. Manuel (M), que se encontrava parado no passeio a conversar com um amigo, foi atingido mortalmente por uma roda que se soltou de um veículo automóvel que passava no momento e que era conduzido por **Eduardo (E)**, seu proprietário.

- 1)Refira se nesta hipótese estamos perante um caso fortuito ou de força maior.
- 2)Diga em que tipo de responsabilidade incorre **E**.

IV. António (A), ao entrar no seu domicílio, verificou que seu irmão **Bento (B)**, que com ele coabitava, se encontrava inanimado por intoxicação de gás. Não dispondo **A**, nessa altura, de veículo próprio e encontrando-se estacionado próximo o automóvel de **Ricardo (R)**, um vizinho ausente, arrombou a porta da casa deste e retirou as chaves do respectivo automóvel. Conduziu de imediato o irmão ao hospital. **R** pretende ser indemnizado pelos prejuízos sofridos.

1) Refira-se à licitude ou ilicitude dos actos praticados por **A**.

2) Explique se **R** tem direito a qualquer indemnização.

V. Adélia (A), porteira, ao ouvir barulho no 1.º andar do prédio em que exerce as suas funções, foi ver o que se passava e verificou que a porta de entrada do dito andar estava arrombada e que no seu interior encontravam-se **Bernardo (B)**, **Cândido (C)** e **Damásio (D)**, que se apoderavam dos mais diversos objectos que decoravam a habitação. **A** entrou no dito andar e, de imediato, pegou num jarrão de porcelana e atirou-o à cabeça de **B**, deixando este prostrado no chão, inanimado. **A** tentou ainda atacar **C** com uma tesoura, mas este puxou de uma navalha de ponta e mola e feriu-a gravemente. Quando **C** e **D** tentavam fugir para o exterior do prédio cruzaram-se com **Euclides (E)**, proprietário do andar assaltado, que, reconhecendo os objectos que aqueles levavam consigo, agarrou **D**, retirou-lhe os objectos que transportava, tendo-o agredido para esse efeito, e manteve-o seguro até a PSP chegar. Entretanto, **Felício (F)**, marido da porteira, alertado pelos gritos desta, correu ao 1.º andar; vendo a mulher gravemente ferida, pegou nela e, como não tinha automóvel próprio e tendo verificado que o de **Gilberto (G)** se encontrava ali, mesmo à porta, com a chave na ignição, aproveitou para conduzir **A** ao hospital, a fim de receber tratamentos imediatos. Acontece que **F**, ao estacionar o carro no parque do hospital, embateu num muro, tendo danificado o automóvel. Discuta as várias situações que se levantam, fundamentando as posições que defender.

VI. Em cada uma das seguintes hipóteses identifique, de forma justificada, quem é o responsável pelos danos sofridos

1) **António (A)** conduzia o seu automóvel serra abaixo quando, de repente, sentiu que os travões lhe falhavam. Nem queria acreditar, pois recentemente o carro tinha estado na oficina! Tentou a todo o custo reduzir a velocidade recorrendo à caixa de velocidades, mas acabou por despistar-se e entrar pela propriedade de **Bernardo (B)**. Arrancou três árvores e destruiu boa parte da horta.

2) **André (A)** ia a conduzir calmamente o seu automóvel quando, inesperadamente, uma senhora idosa atravessou a estrada mesmo à sua frente. De imediato deu uma guinada. Despistou-se e veio a embater no automóvel de **Bruno (B)**, estacionado na rua.

3) **Ana (A)** ia a conduzir calmamente o seu automóvel quando, inesperadamente, uma senhora idosa atravessou a estrada mesmo à sua frente. Sem qualquer possibilidade de reacção, acabou por atropelar a senhora, que sofreu diversas fracturas.

4) **Ariana (A)**, empregada da empresa “**Tocazarpar, Lda.**”, conduzia o veículo desta quando atropelou **Begónia (B)**. **A** entende que **B** teve culpa, pois atravessou a passadeira a correr, sem sequer olhar para os carros que circulavam. **B** entende que pelo menos a empresa há-de ser responsável.

5) **Asdrúbal (A)**, empregado da empresa “**Somaesegue, Lda.**”, conduzia o veículo desta quando colidiu na traseira do veículo de **Bernardete (B)**, que estava no sinal encarnado.

6) **Adriana (A)**, empregada da empresa “**Tocabater, Lda.**”, conduzia o veículo desta quando colidiu com o veículo de **Berílio (B)**, que tinha passado um sinal encarnado.

7) Devido à má visibilidade provocada pelo nevoeiro, **Anacleta (A)**, **Braulio (B)** e **Carlota (C)**, condutores dos respectivos veículos, embateram num cruzamento. Os carros ficaram danificados. **Daniel (D)**, que tinha pedido boleia a **A**, partiu o braço; **Etelvina (E)** conduzido onerosamente por **B**, viu o seu serviço de porcelana destruído.

8) Devido à má visibilidade provocada pelo nevoeiro, **Aniceto (A)**, **Bebiana (B)** e **Carmem (C)** embateram num cruzamento. **A** e **B** conduziam os seus veículos, **C** conduzia o veículo de serviço.

VII. Inês (I), de 14 anos, passeava no parque quando foi mordida por um cão da raça lobo de Alsácia, ficando bastante ferida. O ferimento causou-lhe danos vários, quer pessoais, quer patrimoniais. Os pais da **I** querem que a dona do cão, **Madalena (M)**, seja obrigada a pagar-lhes uma indemnização, alegando que ela é responsável civilmente pelos danos causados pelo cão. Nesse sentido, vão interpor uma acção em tribunal.

- 1) Refira a finalidade da responsabilidade civil.
- 2) Explique por que razão, na situação referida no texto, são os pais da **I**, e não esta, a interpor a acção em tribunal.
- 3) Justifique, tendo em consideração o tipo de responsabilidade em que **M** incorre, se os pais da **I** terão direito à indemnização pedida.

VIII. Joaquim (J) conduzia o seu automóvel numa avenida quando, subitamente, perdeu o controlo do carro, que foi embater na montra de uma loja, causando graves prejuízos a **Manuel (M)**, seu proprietário. Este exigiu a **J** o pagamento de uma indemnização pelos prejuízos sofridos. Como **J** não estava disposto a pagar, alegando que o embate na montra não tinha sido intencional, **M** recorreu aos serviços de um advogado, para interpor a competente acção judicial.

- 1) Em que tipo de responsabilidade se enquadra a situação descrita?
- 2) Distinga responsabilidade civil contratual de responsabilidade civil extracontratual.
- 3) Justifique se **J** é ou não responsável pelos prejuízos causados a **M**, proprietário da loja.

IX. Certo dia passou pelas instalações da “**Mármoreos Baptista, Lda.**” um grande camião carregado de três blocos de uma bonita pedra da região do Gerês. O camionista parou e como não estava qualquer gerente da sociedade, perguntou ao encarregado se estaria interessado em comprar a pedra. O preço era muito atractivo e, uma vez que se tratava de pedra com bastante saída, o encarregado não hesitou em fechar negócio, convicto de que os patrões iriam aplaudir a decisão. Passou de imediato um cheque, pessoal, e os blocos foram descarregados para o armazém. No dia seguinte, quando o gerente viu o sucedido descompôs o encarregado, dizendo-lhe que tinham muita pedra

daquela em stock e que não estavam em condições financeiras para fazer mais aquisições. Considere que:

a) O gerente exigiu que se proceda à devolução da pedra, mas a empresa vendedora recusa-se a aceitar.

b) Como apareceu de imediato um comprador para toda aquela pedra, e por muito bom preço, o gerente acabou por reembolsar o encarregado do montante pago. Considerando que a margem de lucro foi 20% superior ao habitual, o encarregado acha-se no direito de exigir essa diferença. *Quid juris?*

X. Clemente (C) decidiu ir viver para a Polinésia e incumbiu o seu grande amigo **Duarte (D)** de olhar pelas suas propriedades. **D** instalou-se de imediato numa belíssima casa de forma a “mantê-la vivida e em boas condições”. Com o passar do tempo, **D** construiu diversas infraestruturas, sempre com o pretexto de que cumpria a vontade do seu amigo. Assim, construiu uma piscina, instalações com sauna e banho turco e um corte e ténis. Resolveu ainda vender o usufruto sobre uma parte importante do terreno a **Francisca (F)**, que ali fez uma criação de cavalos. Volvidos alguns anos, **C** regressou e ficou profundamente desagradado com o que viu. Pretende pôr termo ao usufruto, mas **F** contesta que pagou um preço e não pode ser prejudicada. **D**, por seu turno, alega que gastou ali dinheiro e a propriedade se valorizou muito.

1) Que pode **C** fazer?

2) Que direitos tem **F** e perante quem?

XI. António (A), amante de automóveis, perturbado com o estado a que o automóvel do seu amigo **Bernardo (B)** tinha chegado e incrédulo perante a inércia deste, resolveu encarregar-se directamente do assunto. Aproveitando o tempo em que **B** se encontrava ausente no estrangeiro, em trabalho, **A** levou o automóvel daquele à oficina com que costumava trabalhar, pedindo que fosse feito “um arranjo total do veículo”. Ao verificarem rapidamente o automóvel aquando da sua entrega na oficina, **A** e **Carlos (C)**, mecânico de serviço, constataram desde logo que aquele carecia, nomeadamente, de arranjar uma série de amolgadelas, pintar, substituir um farol partido e verificar os aspectos mecânicos, com especial atenção para os barulhos que o motor vinha fazendo. O mecânico de serviço, **C**, apressou-se a fazer a reparação. Numa análise

mais cuidada do automóvel, concluiu que os problemas não estavam só no exterior e no motor: o interior também carecia de um melhoramento geral. Estando certo de que iria satisfazer melhor o seu cliente, atendendo ao gosto de **A** que **C** já conhecia há vários anos, resolveu estofar de novo todo o interior do automóvel num cabedal cor de caramelo. Além do mais, pensou, tratava-se apenas da antecipação de um trabalho que teria de ser feito mais cedo ou mais tarde. Da factura que a oficina apresentou a **A** constava o preço global de 4.000,00 euros para os arranjos mecânicos e de exterior e de 3.000,00 euros para o arranjo do interior. **A**, apesar de ter gostado do arranjo do interior, achou o preço manifestamente excessivo e ficou muito irritado com a actuação da oficina que, sem nada dizer, tinha tomado a iniciativa de estofar o automóvel. **C** argumentou que lhe tinha sido pedido um “arranjo total” do automóvel, que tinha escolhido a cor de cabedal preferida de **A** e que o trabalho estava inegavelmente bem feito. Ainda assim, **A** apenas pagou 4.000 euros, tendo-se recusado a pagar os 3.000 euros do arranjo interior. Disse então a **C** que esperasse o regresso de **B** e lhe fosse pedir a ele o dinheiro, porquanto o dono do carro era **B** e não **A**: “**Bernardo** que decidisse!”. Entretanto **B** voltou, tendo sido imediatamente contactado por **A** e por **C** que lhe pediram, respectivamente, 4.000,00 euros e 3.000,00 euros. **B** reagiu de imediato, dizendo que:

- a) Detestava os estofos cor de caramelo, bem como a pintura verde alface metalizada que **A** escolheu para o automóvel;
- b) Não tinha nenhum interesse naquela recuperação do automóvel, pois, antes de ter partido, já tinha prometido vender o automóvel a **Duarte (D)**, por 35.000,00 euros; aliás só não o tinha vendido antes de partir porque se tinha comprometido a pintá-lo e ainda não tivera disponibilidade para tratar do assunto, embora já tivesse combinado com **Edgar (E)** que este faria aquela pintura por 1.000,00 euros;
- c) Quanto muito, e porque agora o automóvel já não precisava de ser pintado, admitia pagar 1.000,00 euros a **C** ou a **A**, conforme estes quisessem.

A não se conforma porque, entretanto, encontrara **Francisco (F)** que, fascinado com a restauração do automóvel, oferece por ele 50.000,00 euros. Inexplicavelmente para **A**, **B** recusa fazer este “negócio fantástico” por causa

de um alegado compromisso com **D** “sem validade nenhuma!”. **C** voltou-se novamente para **A** dizendo que o que **B** pensa pouco lhe interessa e que **A** tem que lhe pagar o montante em falta. Analise fundamentadamente as posições de **A**, **B** e **C**.

XII. Tendo constatado que o seu carro havia sido furtado e que, apesar das diligências policiais desenvolvidas, continuava a não haver quaisquer vestígios do mesmo, **Nicolau (N)** decidiu fazer publicar no diário mais lido da cidade um anúncio nos seguintes termos: “*Alvíssaras oferecem-se a quem encontrar o carro de marca e matrícula Rolls-Royce, AA-00-00*”. No entanto, e sem que o soubesse, a viatura havia já sido descoberta, antes da publicação do anúncio, por dois jovens, **Octávio (O)** e **Pedro (P)**, que com eles depararam, por acaso, quando exploravam a serra de Sintra. Os dois jovens não se pouparam a esforços e despesas para encontrar o dono do carro, tendo até feito publicar um anúncio, que apareceu na página seguinte à do anúncio de **N**, no qual comunicavam a descoberta, e contratado um reboque para transporte do carro para a casa de **N**, apurado que foi, sem margem para dúvidas, ser este o seu legítimo proprietário. E reclamaram, em conjunto, não só as alvíssaras prometidas, como o pagamento das despesas feitas, no valor de 1.000,00 euros. Quanto às alvíssaras, **N** prontificou-se a pagar 100 euros (50 euros para cada). Quanto às despesas, **N** recusa-se a pagá-las, alegando nada dever, e ainda que, na hipótese remota de existir tal dívida, seria seu credor apenas **O**, uma vez que os recibos emitidos pelo diário da cidade e pela empresa de reboques estavam apenas em seu nome. Naturalmente revoltado, **P**, que entretanto se zangara com **O**, precisa dos seus conselhos para o ajudar no esclarecimento da situação, uma vez que as despesas em causa tinham sido literalmente pagas por ele. **O**, por sua vez, contesta a exiguidade do prémio e exige que o mesmo, que deverá ser, no mínimo, de 500,00 euros, lhe seja entregue na totalidade, já que fora ele quem encontrara o carro. *Quid juris?*

XIII. No dia 1 de Março, **Alice (A)** fez com **Bartolomeu (B)** o seguinte acordo reduzido a escrito: “*A venda a B um cavalo de raça de que é proprietário pelo montante de 10.000,00 euros. B compromete-se a deixar a filha de A montar o cavalo sempre que ela o deseje, desde que seja avisado com 48 horas de*

antecedência e isso não prejudique a actividade de competição a que B destina o animal".

1) Qualifique, do ponto de vista jurídico, a situação descrita.

2) Admita que, seis meses depois, B entendeu que era muito complicado deixar a filha montar o cavalo, porque a situação ocorria com demasiada frequência e, por isso, comunicou por escrito a A que, daí em diante, não voltaria a autorizar o facto.

3) *Quid juris* atendendo a que A alega que nunca teria vendido o cavalo se soubesse que isso privaria a filha da relação com o animal e de fazer hipismo, o seu *hobby* de sempre.

XIV. Carminda (C) vendeu a **Diogo (D)** 5.000 litros de azeite com a acidez máxima de 2,5%, pelo preço de 2,00 euros por litro, tendo convencionado que o azeite seria entregue a **Eleutério (E)**, pessoa a quem o produto se destinava, sendo o preço pago por D na data da entrega. No dia marcado, C entregou a E apenas 3.000 litros de azeite, dizendo que só poderia entregar o resto daí a um mês. E aceitou a entrega, mas D declarou que só estava disposto a pagar o preço quando todo o azeite estivesse entregue. C não entregou os 2.000 litros dentro do prazo de um mês. E, entretanto, desinteressou-se da entrega, por ter perdido a oportunidade de emprego que tinha para o azeite, o que lhe acarretou prejuízos consubstanciados na frustração do ganho que contava obter com tal emprego. D recusa-se a pagar o preço e diz que não quer qualquer azeite para si, o que, aliás, nunca lhe interessou nem corresponde ao que convencionou. *Quid juris?*

XV. Sabendo **Filomena (F)** que estava devoluta uma casa pertencente a **Gaspar (G)**, resolveu arrendá-la para seu irmão **Henrique (H)**, ausente nos EUA a preparar o doutoramento. F não comunicou a G que a casa não era para si, mas fez incluir no contrato uma cláusula segundo a qual a casa era arrendada para habitação, sua ou de pessoa que viesse a indicar no prazo de um mês. Logo que pôde, F avisou H que lhe disse estar interessado no arrendamento. Em consequência, F telefonou a G comunicando-lhe destinar-se o arrendamento a H. No dia 1 do mês seguinte à data da conclusão do contrato, **Ivone (I)**, a pedido de F, dirigiu-se a casa de G para pagar a renda,

tendo-se este recusado a recebê-la. Quando **H** se apresentou a pedir as chaves, **G** não lhas entregou e disse-lhe que entretanto arrendara a casa a **Joana (J)**, a quem já entregara, aliás, as chaves. *Quid juris?*

XVI. Herculano (H), proprietário de um andar em Lisboa, escreve em 10/12/01 a **Javier (J)** propondo a venda daquele seu andar. **J** responde a 23 de Dezembro do mesmo ano dizendo que está interessado, mas que não poderá dar mais do que 125.000,00 euros, tendo ainda que conseguir 60.000,00 euros junto de um seu familiar. Henrique aceita e uma semana depois envia a **J** um contrato-promessa assinado, nos termos do qual a escritura de compra e venda teria lugar dentro de 6 meses a contar daquela data. **J** guarda o contrato, esquecendo-se de o assinar. Entretanto, em conversa com **Leonardo (L)**, **H** conclui que este pagará pelo andar 135.000,00 euros, pelo que, em 15/01/02, celebra com aquele um contrato-promessa de compra e venda do mesmo andar, tendo naquele momento recebido 40.000,00 euros a título de sinal. O contrato celebrado entre **H** e **L** foi reduzido a escritura pública e objecto de inscrição no registo.

- 1) Qual a possibilidade de **J** obter sentença judicial que substitua a declaração negocial de **H**, não querendo este celebrar o contrato de compra e venda?
- 2) Qual a posição de **L** em consequência de tal eventual sentença?

XVII. Catarina (C) escreveu a **Deolinda (D)** pedindo-lhe emprestados, por 2 anos e ao juro anual de 12%, 10.000,00 euros. Três dias depois de ter recebido a carta, **D** respondeu-lhe afirmativamente.

- 1) Fechou-se algum contrato entre ambos?
- 2) Se sim, de que contrato se trata e que efeitos produz?

XVIII. César (C) celebrou com **Dinis (D)** o seguinte contrato: “**C** promete comprar e **D** promete vender o automóvel antigo **X** de que **C** é legítimo proprietário se e quando **C** tomar a decisão de o vender”.

- 1) Como qualificaria este contrato?
- 2) Admita que **C** vendeu o carro a **Evandro (E)** sem nada dizer a **D**. Que direitos tem **D**?

XIX. “António e Antunes, materiais de construção, Lda.” celebrou com a “**Mármoreos Baptista, Lda.**” um contrato que incluía a seguinte cláusula: “*A primeira contraente obriga-se a consultar a segunda quando pretender adquirir mármoreos. Caso tenha recebido alguma proposta, a segunda contraente ou quem ela indicar podem contratar nos mesmos termos*”. Certo dia a “**António e Antunes, materiais de construção, Lda.**” comprou uma grande remessa de mármoreos à “**Pedras Carlos, Lda.**” sem contactar a “**Mármoreos Baptista, Lda.**”. Sabendo do sucedido, a “**Mármoreos Baptista, Lda.**” entende que aquele negócio deve ser desfeito, tanto mais que a “**Pedreira Dionísio, Lda.**” estava em perfeitas condições para acompanhar os termos do contrato. *Quid juris?*

XX. Catarina (C) vendeu a **Mónica (M)**, no dia 10 de Novembro, uma jóia muito valiosa no valor de 10.000 Euros. A jóia, apesar de antiga, encontrava-se em muito bom estado. Necessitava apenas de ser limpa e polida. Ficou combinado que **C** trataria da limpeza da jóia e entregá-la-ia até ao dia 25, data em que **Raquel (R)**, filha de **M**, fazia 21 anos. No dia 25 **C** desloca-se a casa de **M** para entregar a jóia que, em virtude da limpeza pouco cuidadosa a que havia sido submetida, não estava exactamente como **M** a havia visto: faltavam-lhe várias das pequeninas pedras preciosas que faziam desenhos de flores, nomeadamente, alguns brilhantes e rubis. Desconsolada, **M** diz que já não quer a jóia, uma vez que em seu entender a mesma não está em condições de ser oferecida a ninguém. **C**, compreensiva, propõe, alternativamente, uma redução no preço acordado – de maneira a que **M** possa mandar colocar as pedras preciosas – ou entregar-lhe dali a uns dias, já devidamente arranjada. **M** fica muito irritada com **C** porque entende que, não sendo possível para aquele dia, não lhe interessa mais e propõe-se ir à joalheria mais próxima comprar uma jóia nova, de maneira a poder fazer a oferta no dia de anos da filha. *Quid juris?*

XXI. Asdrúbal (A) é proprietário do prédio urbano **Z**, composto de R/C e 1.º andar. No dia 1 de Fevereiro de 2005, **A** e **Bertolino (B)** escreveram e assinaram um acordo, que denominaram “Contrato-promessa de compra e venda de andar”, o qual estipularam o seguinte:

- a) “**A** promete vender a **B**, o qual por sua vez lhe promete comprar, aquele R/C pelo preço de 100.000,00 euros;

- b) **B** entrega, nesta data, a quantia de 25.000,00 euros, como sinal e princípio de pagamento, do qual **A** dá quitação;
- c) O remanescente do preço será entregue por **B** no acto de escritura de compra e venda.
- d) A data e local da escritura serão oportunamente indicados por **A**, mas nunca antes de decorridos 8 meses, para garantir que **B** obtenha um empréstimo, com vista à liquidação do remanescente do preço.
- e) Dadas as óptimas relações de amizade que os unem e a consequente confiança recíproca no respeito deste acordo, decidem prescindir do reconhecimento notarial do contrato.”

A 20 de Fevereiro de 2005, **A**, por escrito, autorizou **B** a viver no R/C do prédio. **B** ocupou-o de imediato. A 20 de Novembro de 2005, **A**, por carta registada com aviso de recepção comunicou a **B** que a escritura de compra e venda estava marcada para 20 de Dezembro de 2005, no Cartório Notarial X, às 15.00 horas. Nessa data, porém, só compareceu **A**. A 10 de Janeiro de 2006, **A** propôs acção contra **B**, pedindo:

- a) Seja declarado validamente celebrado o contrato de compra e venda do R/C do prédio Z e, conseqüentemente, transferida a propriedade do mesmo para **B**, contra o pagamento das quantias em dívida; ou, para o caso de improcedência deste pedido;
- b) Seja reconhecido o direito de **A** a fazer seu o sinal de 25.000,00 euros e a condenação de **B** a restituir-lhe o imóvel.

B vem dizer que o contrato-promessa é nulo, não estando por isso obrigado a celebrar a escritura, tendo direito à restituição do sinal de 25.000,00 euros. *Quid juris?*

XXII. Anaximandro (A) deve a **Berílio (B)** 1.000,00 euros, tendo sido combinado entre eles que **A** não deveria nunca transmitir o seu direito a terceiro. Uns tempos depois, contudo, **A**, em dificuldades financeiras, vende a **Cotrim (C)**, por 800,00 euros, o referido crédito. No dia do vencimento do mesmo, **B** apresenta-se a **A** para cobrar os 1.000,00 euros e este responde que já nada lhe deve, que quem lhe deve agora é **C**. Quem tem de pagar a **B**?

XXIII. Alda (A), dona de um bonito serviço de porcelana da Vista Alegre, combinou emprestá-lo a uma amiga, **Beatriz (B)**, para um jantar que esta iria oferecer. **B** foi buscar o serviço e devolveu-o dois dias depois. Com espanto, **A** descobriu que faltavam dois pratos de sopa, diversos pratos rasos estavam partidos nos bordos e uma chávena de café rachada. **A** exige de **B** a entrega imediata de um serviço inteiramente novo, bem como, até que tal aconteça, o montante correspondente ao valor que terá de desembolsar para alugar um serviço para um jantar que irá oferecer dentro de breves dias. **B** recusa-se a entregar um serviço novo e, vindo a descobrir que **A**, a final, não ofereceu o referido jantar, recusa-se também a suportar o montante relativo ao aluguer de serviço idêntico. Considerando preenchidos todos os requisitos da responsabilidade civil, como deve **B** indemnizar **A**?

XXIV. Abel (A) celebrou com a empresa “**Discomais, Lda.**” um contrato segundo o qual concede à empresa o exclusivo de gravação de todas as suas canções. Entretanto a empresa “**Inovadisco, S.A.**”, tendo conhecimento desse contrato, edita e comercializa um CD onde constam as canções mais conhecidas de **A**. Tendo conhecimento do sucedido, a “**Discomais, Lda.**” pretende que a “**Inovadisco, S.A.**” retire do mercado todos os CD’s e ainda uma indemnização pelos danos entretanto causados pela quebra drástica de venda dos discos de **A**, alegando a violação do contrato de exclusividade firmado com **A**. A “**Inovadisco, S.A.**” defende-se dizendo que nada tem a ver com esse contrato e o que fez foi em plena articulação com **A**.

1) Quem tem razão?

2) Com que fundamento pode a “**Discomais, Lda.**” ser ressarcida dos danos verificados?

XXV. Daniela (D) celebra com a empresa “**Cabovisão S.A.**” um contrato de instalação de televisão por cabo. De acordo com o combinado, os técnicos da empresa deslocaram-se a casa de **D** e fizeram as ligações, instalando um aparelho descodificador para aceder a determinados canais. Dois meses depois, a casa de **D** é consumida num incêndio que se verifica ter tido origem num curto-circuito provocado por uma deficiente instalação do aparelho descodificador. Em virtude do sucedido, **D** entra numa profunda depressão,

porquanto tinha especial apego à cada, que lhe havia sido deixada pelos pais. **D** pretende obter o ressarcimento integral dos danos patrimoniais e morais. Que fundamentos deverão ser invocados?

XXVI. Alberto (A), não conseguiu parar no semáforo o veículo que conduzia, tendo embatido em **Matilde (M)** que iniciara a travessia da via pública. A fim de curar os ferimentos decorrentes do sinistro, **M** fez-se transportar de táxi ao Hospital dos Aflitos, estabelecimento pertencente à “**MELLIANT, S.A.**”, tendo dispendido 6.250,00 euros com a assistência prestada e 85,00 euros no transporte de táxi. Ainda por virtude do sinistro, **M** sofreu dores violentas durante as duas semanas em que esteve internada no Hospital, deixando de auferir nesse período salário, enquanto modelo, no montante de 10.600,00 euros. Devido às deformidades na sua face resultantes do sinistro **M** não poderá jamais voltar à sua profissão. O veículo estava seguro na “**MELLIANT - Companhia de Seguros, S.A.**” relativamente responsabilidade civil por danos causados a terceiros emergentes de sinistros.

1) **A** incorreu em responsabilidade civil e criminal? Em que diferem uma da outra?

2) Quem é responsável pela reparação dos danos sofridos por **M**, que danos são indenizáveis e de que forma poderão ser reparados?

XXVII. Eduardo (E), galerista, vendeu a **Filipe (F)**, particular que negociava em arte, uma pintura do cubismo do início do século. Como entretanto estava em exposição, ficou acordada a entrega para o momento da desmontagem da mesma, dali a três semanas. O preço seria pago, também, nesse momento. Entretanto, **F**, por sorte e em conversa com um amigo, **Gustavo (G)**, falou-lhe da referida pintura, que demonstrou grande interesse em adquiri-la para oferecer no aniversário da sua mulher, dali a três semanas. Fecharam de imediato o negócio, **F** recebeu parte do preço acordado e ficou combinado receber o restante, dali a três semanas, contra a entrega. Passadas duas semanas, a galeria onde estava exposta a pintura sofreu uma terrível inundação e a pintura ficou bastante danificada. **E**, valendo-se do seguro que tinha para cobrir estes riscos, diligenciou de imediato, a expensas suas, o trabalho de restauro da pintura. Contudo, na data acordada, não pode fazer a

entrega combinada. Optou por nada dizer a **F**, não fosse ele querer desistir do quadro e inventou que tinha emprestado o quadro para uma exposição. **G**, por seu turno, na data acordada, dirigiu-se a casa de **F** para levar a pintura e pagar o resto do preço. Como **F** não tinha a pintura, furioso, exige a restituição do montante pago e garante-lhe que há-de pagar pela desfeita que lhe fez. Assim, apressa-se a ir a uma galeria, e compra uma pintura do mesmo período, pelo dobro do preço, exigindo-lhe que pague a diferença. **F** nega-se a fazer qualquer pagamento, alegando, aliás, que o amigo o conhece perfeitamente e sabe que ele tem por hábito não cumprir prazos. Entretanto, **F**, já sem paciência para a espera, e zangado com a perda do negócio com **G**, dirige-se a **E** exigindo que lhe pague uma indemnização não só pelo que perdeu no negócio com **G**, como pelo que este lhe exige em virtude do incumprimento. **E**, que tinha acabado de receber a pintura restaurada diz nada lhe dever, propondo-se entregar a pintura e exigir o preço acordado. **F** contrapõe levar a pintura contra uma redução quase total do preço: não só por conta dos prejuízos em que entretanto incorreu, como porque apercebe-se que a pintura foi restaurada, o que, no seu entender, não lhe dá garantias quanto ao valor da mesma, argumentando ainda que a actuação de **E** não foi correcta. Quem tem direito a ser indemnizado e com que fundamentos?

XXVIII. Fernando (F), comerciante de automóveis, importou um **Bentley** do Reino Unido para, em seguida, o vender a **Moisés (M)**, **Baltasar (B)**, **Gastão (G)**, **Delchior (D)**, **Ivo (I)** e **Vladimir (V)**, um conjunto de empresários que lho tinham encomendado e que decidiram comprá-lo em conjunto. Na sequência da celebração do negócio, efectuado a 15 de Maio de 2008, ficaram devedores de **F** no valor de 300 mil dólares. Entretanto, a 25 de Junho de 2008, **F** falece e **M** é o seu único herdeiro. **M** estabeleceu com **I**, dada a estreita relação de amizade que os unia, que renunciava à solidariedade. Neste lapso temporal, **G** torna-se insolvente. A 15 de Setembro de 2008, **B** é demandado por **M** para pagar a dívida.

- 1) Quanto terá que pagar? Poderá fazê-lo em Euros?
- 2) Suponha agora que **M** tinha emprestado a **F**, em Novembro de 2006, o montante de 300 mil dólares. Quid juris?
- 3) E se **B** tivesse sido declarado incapaz? Quid juris?

4) Supondo que para **D** a dívida prescreveu e este é demandado para pagar o montante em dívida. Quid Juris?

5) O que sucederia se **M** tivesse remitido a dívida relativamente a **V**?

Grupo IX – Introdução aos Direitos Reais

I. “A noção de Direito Real surge consagrada na terminologia jurídica, comportando várias acepções. Num sentido subjectivo identifica uma categoria de direitos subjectivos. Num sentido objectivo identifica um ramo do direito (objectivo), como divisão do Direito Civil. Nesta acepção, Direitos Reais é sinónimo de Direito das Coisas. O “Direito das Coisas” identifica um ramo de direito que estabelece o regime de direitos que se referem a coisas”. Em torno do que estudo sobre os Direitos Reais, responda:

- 1) Os comproprietários gozam de preferência na venda das quotas dos outros comproprietários?
- 2) Há algum limite temporal a uma convenção de indivisão da compropriedade?
- 3) Os condóminos dos prédios em propriedade horizontal gozam de preferência na venda das fracções autónomas?
- 4) É necessária a unanimidade dos condóminos para alterar o título constitutivo da propriedade horizontal?
- 5) O usufruto pode ser perpétuo?
- 6) O usufruto pode ser alienado?
- 7) O direito de habitação é susceptível de ser penhorado?
- 8) É possível adquirir o direito de habitação por usucapião?
- 9) O usufruto pode ter por objecto coisas consumíveis?
- 10) O direito de superfície pode ser perpétuo?
- 11) As servidões podem resultar de contrato?
- 12) A hipoteca pode cobrir obrigações futuras?
- 13) É válida a convenção pela qual, em caso de incumprimento da obrigação garantida, o credor pode fazer sua a coisa hipotecada?
- 14) A eficácia das hipotecas legais depende de registo?
- 15) A hipoteca é, em geral, cedível sem o crédito assegurado?
- 16) O penhor de coisas implica sempre a entrega do bem ao credor?

- 17) O direito de retenção está sujeito a registo?
- 18) Um menor pode adquirir por usucapião?
- 19) Há algum prazo de usucapião superior a 20 anos?
- 20) A posse é registável?

II. **B** está interessado em comprar a **A** uma fracção autónoma destinada a comércio que constitui o rés-do-chão de um edifício constituído em propriedade horizontal, composto por tal fracção e mais seis, sendo todas estas destinadas a habitação. **B** está ao corrente de que **A** tem dois litígios pendentes com os demais condóminos: um respeitante a obras feitas na parede exterior da fracção, que os demais condóminos querem ver destruídas, e outro respeitante a contribuições para o condomínio, que os demais condóminos querem que **A** pague, mas que **A** se tem recusado a pagar, alegando que tais contribuições se destinam a custear serviços de que não beneficia. Dê a **B** a sua opinião sobre se, em caso de concretizar a compra, corre o risco de os condóminos lhe exigirem o que estão a exigir a **A** (destruição de obras e contribuições para o condomínio).

III. **A** comprou a **B** uma fracção autónoma num edifício em propriedade horizontal. **B** não pagou a contribuição autárquica relativa aos quatro anos anteriores àqueles em que a venda ocorreu, nem as contribuições para o condomínio relativas aos dois anos anteriores à mesma data, nem, ainda, o preço do serviço de pintura das paredes (interiores) da fracção, que **C** fez, a seu pedido. Diga se **A** está obrigado a pagar alguma das dívidas contraídas por **B** e se a fracção autónoma responde por alguma delas.

IV. A quem pertence o conteúdo dos recipientes de lixo doméstico, desde o momento em que o mesmo é posto às portas das casas até ao momento em que é recolhido pelos serviços públicos?

V. Com autorização paterna, **B** construiu uma casa de habitação num prédio rústico de **A**, seu pai. Por morte de **A**, os seus outros filhos, **C** e **D**, pretendem que o prédio, incluindo a casa, seja integralmente considerado como fazendo parte da herança, sustentando **B** que, pelo contrário, a casa que edificou, bem

como todo o prédio em que a mesma está implantada, são sua propriedade, por força do art. 1340 do Código Civil. Sabendo que o valor da edificação é maior que o que todo o prédio tinha antes da obra, diga se se aplica ao caso o invocado art. 1340. Indique ainda (mesmo que conclua pela negativa) se, em caso afirmativo:

- 1) O objecto da aquisição por **B** é todo o prédio ou só o terreno no qual a casa foi edificada?
- 2) A aquisição por **B** é automática ou depende de declaração sua?

VI. Diga se o titular de uma fracção autónoma de um edifício em propriedade horizontal pode fazer cada uma das seguintes obras sem aprovação pelos outros condóminos:

- 1) Numa fracção de rés-do-chão destinada a comércio, aumentar a dimensão da montra?
- 2) Instalar equipamento de ar condicionado furando a parede exterior?
- 3) Instalar equipamento de ar condicionado sem furar a parede exterior, mas colocando o chamado compressor (uma parte do equipamento) encostado a tal parede, bem visível?
- 4) Fechar uma varanda com materiais amovíveis?
- 5) Colocar uma placa na parede exterior publicitando que na fracção em causa está instalado um consultório médico?
- 6) Alterar as paredes divisórias (interiores) da fracção em causa?

VII. Há 15 dias, **A**, administrador do edifício **X**, constituído em propriedade horizontal, afixou no hall de entrada e nos elevadores do mesmo anúncios convocando uma reunião da respectiva assembleia de condóminos para anteontem. Desses anúncios constava que a reunião seria às 21 horas, se a tal hora estivessem presentes condóminos que representassem mais de 50% do valor total do prédio, ou às 22 horas, qualquer que fosse então a percentagem do valor total do prédio representada pelos condóminos presentes. Por outro lado, os anúncios indicavam como ordem de trabalhos «proibição de fumar nas partes comuns». Às 21 horas de anteontem, os condóminos presentes representavam 30% do valor total do prédio. A reunião começou às 22 horas, estando então presentes condóminos titulares de fracções correspondentes a

55% do valor total do prédio. Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, que no edifício **X** passasse a ser proibido fumar nas partes comuns, incluindo hall, escadas, elevadores e pátio. **B**, condômino que não esteve presente, pretende saber se, e como, pode pôr em causa a deliberação tomada. Analise os factos descritos e dê a sua opinião a **B**.

VIII. **A** vendeu a **B** a nua propriedade do prédio **x** e a **C** o usufruto sobre o mesmo prédio. Antes de estar registada a favor de **B** a nua propriedade, mas depois de estar registado a favor de **C** o usufruto, **D** fez registar sobre o prédio em causa uma penhora, feita no âmbito de uma execução que move contra **A**. Se o prédio vier a ser vendido em tal processo judicial, poderão **B** e **C** opor ao adquirente os direitos que compraram a **A**?

IX. Por escritura pública realizada há 90 dias, **A** vendeu a **B** o prédio **X**. No mesmo acto notarial, **B** constituiu hipoteca sobre tal prédio a favor do banco **C**, S.A., para garantia de um empréstimo que este lhe concedeu para financiar a compra. A aquisição de **B** e a hipoteca a favor de **C** foram objecto de registos provisórios alguns dias antes da escritura. Entretanto, já após a escritura, foi registada uma penhora sobre o mesmo prédio, efectuada no âmbito de um processo executivo que **D** move contra **A**. Quando fez a nomeação do prédio à penhora, **D** conhecia a existência dos registos provisórios a favor de **B** e de **C**. Se **B** e **C** requererem os registos definitivos da aquisição e da hipoteca, por conversão dos registos provisórios, a penhora ser-lhes-á oponível?

X. O Banco **B**, S.A. tinha registada a seu favor uma hipoteca sobre um certo prédio de que **A** era proprietário. Após ter obtido o cancelamento do registo de tal hipoteca com base num documento falso pelo qual o banco renunciava à hipoteca, **A** vendeu o mesmo prédio a **C** (que ignorava a falsificação). Sabendo que **C** registou a aquisição, diga se o banco pode fazer reverter o cancelamento da hipoteca e fazer valer esta contra **C**?

XI. Há cinco anos, **B** fez inscrever a seu favor, no registo predial, a aquisição do prédio **X** com base numa escritura de justificação em que invocou ter usucapido o mesmo prédio. Passados três meses, **B** vendeu o prédio a **C**, o

qual, simultaneamente com a compra, constituiu uma hipoteca sobre ele a favor do banco **D**, S.A., em garantia de um empréstimo que este lhe fez para financiar a compra. Os registos de aquisição por **C** e de hipoteca a favor de **D** foram feitos logo após as escrituras respectivas. A semana passada, **A** propôs uma acção judicial para fazer declarar que é ele o dono do prédio **X**. Invocou que a declaração feita por **B** na escritura de justificação é falsa, pois seu pai, falecido poucos meses antes da escritura de justificação, possuiu o prédio durante mais de 50 anos, afirmando-se sempre como possuidor do mesmo. Mais invoca que ele, **A**, é herdeiro único de seu pai e que só não reagiu antes por se encontrar emigrado em França e só agora ter sabido da actuação de **B**. Pede que seja decretado o cancelamento dos registos de aquisição a favor de **B** e **C** e o de hipoteca a favor de **D**. Sabendo que os factos invocados por **A** são verdadeiros, diga se a acção deve proceder (separando os casos de **B**, **C** e **D**).

XII. No ano passado, morreram **A** e **B**, pais de **C**. Ao «tratar da herança», **C** descobriu que um dos terrenos de que seus pais sempre se tinham intitulado donos e que já pertence à família há mais de 50 anos não está descrito na Conservatória do Registo Predial – embora esteja inscrito na matriz predial como pertencente a seus pais. Informe **C** sobre se poderá vir a registar a seu favor o prédio em causa na Conservatória do Registo Predial e, em caso afirmativo, quais os passos que terá de dar para tanto.